



FACULDADE DAMAS

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NADJA GABRIELA VALENÇA DA MOTA SILVEIRA

**A ASCENSÃO ECONÔMICA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA:
DE DENG XIAOPING À HU JINTAO**

RECIFE

2009

NADJA GABRIELA VALENÇA DA MOTA SILVEIRA

**A ASCENSÃO ECONÔMICA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA:
DE DENG XIAOPING À HU JINTAO**

Monografia apresentada à
Faculdade Damas da Instrução
Cristã de Recife – PE, requisito
parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Guilherme Aragão

Co-orientador: Ms. Keila Sonalle

RECIFE

2009

Silveira, Nadja Gabriela Valença da Mota
A ascensão econômica da República Popular da China:
de Deng Xiaoping à Hu Jintao / Nadja Gabriela Valença da Mota Silveira. –
Recife: O Autor, 2009.

76 folhas: il., fig.

Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã. Curso de
Relações Internacionais, 2009.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Relações Internacionais 2. Economia Internacional - China 3. Economia
China - Análise. I. Título.

339
337

CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)

Faculdade Damas
2010- 003

NADJA GABRIELA VALENÇA DA MOTA SILVEIRA

**A ASCENSÃO ECONÔMICA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA:
DE DENG XIAOPING À HU JINTAO**

Monografia apresentada à
Faculdade Damas da Instrução
Cristã de Recife – PE, requisito
parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Relações
Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Profº Guilherme Aragão
Orientador – Faculdade Damas da Instrução Cristã

Profª Drª. Margarita Neves
Faculdade Damas da Instrução Cristã

Profº Ms. Keila Sonalle
Faculdade Damas da Instrução Cristã

RECIFE – PE, 17 de Dezembro de 2009

AGRADECIMENTOS

À Instituição Damas que me acompanha desde o Colégio Damas em 1998, quando entrei na 5ª série. Quero agradecer todo o seu acolhimento, reconhecimento e dedicação para com todos os alunos, em todas as situações.

Ao orientador Guilherme Aragão que mesmo sendo um professor novo na família Damas me deu toda a atenção necessária desde o começo. Foi muito paciente, dedicado e colaborador no esclarecimento dos assuntos em que o tema demandava discussão.

Aos professores, Keila Sonalle, minha primeira orientadora, que me ajudou a formular meu pré-projeto e posteriormente colaborou na monografia, a Thales Castro, ao seu apoio bibliográfico, pedagógico e incentivo para continuar nessa caminhada, e claro, a Margarita Neves que me incentivou para que este trabalho se tornasse uma realidade.

Aos colegas de classe, Claudia, Cleival, Laila, Nilda, Raphaela, Wyllames, que me acompanharam nesta caminhada, sempre muito amigos.

E claro, não poderia deixar de agradecer a paciência e compreensão dos meus pais e familiares, sempre presentes em todos os momentos.

Por fim, quero agradecer a Deus, por ter me dado essa grande oportunidade em me tornar uma internacionalista.

Nadja Silveira

Recife, 13 de dezembro de 2009

RESUMO

A monografia objetiva analisar a expansão econômica da China, identificando os fatores internos e externos que contribuíram para o seu crescimento. Diversas causas levaram a China a adotar essa política de abertura ao mercado internacional, fundamentada nos princípios ditados por Deng Xiaoping. Uma das mudanças, essencialmente econômica, foi a inserção da China na OMC. Os impactos foram sentidos nos produtos chineses no mercado internacional e nos investimentos externos que dinamizaram o crescimento do país. Baseada em uma metodologia exploratória de caráter bibliográfico, este trabalho pretende comprovar que a ascensão da República Popular da China no cenário econômico internacional foi o resultado de uma junção de fatores, tais como: externalidades econômicas positivas associadas a subsídios governamentais fornecidos às empresas (comércio e indústrias), reduzindo os preços dos produtos finais que se favoreceram dos baixos salários ofertados a uma mão-de-obra de baixa qualificação; da ausência de fiscalização de leis trabalhistas que favoreceram a violação dos direitos civis, entre outros fatores. Porém a base desse crescimento descansa nas externalidades negativas, que não revelam uma sintonia com a regulamentação dos mercados internacionais. Para a China se tornar a maior economia do mundo ela deve manter uma postura de país desenvolvido, deve reduzir os níveis de violação dos direitos civis e ampliar os benefícios para essa grande massa de trabalhadores, hoje desamparados de uma legislação trabalhista que lhes assegure uma digna reprodução de sua força de trabalho.

Palavras-chaves: Crescimento econômico da China, Deng Xiaoping, externalidades positivas e negativas.

ABSTRACT

The paper analyzes the economic expansion of China, identifying the internal and external factors that contributed to its growth. Several reasons have led China to adopt this policy of openness to the international market, based on the principles dictated by Deng Xiaoping. One of the changes, which are mainly economic, was the inclusion of China in the WTO. The impacts were felt in Chinese products in the international markets and foreign investment that boosted the growth of the country. Based on an exploratory methodology of a bibliographic. My intention is to prove that the rise of the People's Republic of China in the international economic scenario was the result of a conjunction of factors, such as positive economic externalities associated with government subsidies provided to businesses (trade and industry), reducing the prices of final products that took advantage of low wages offered to a labor force of low-skilled, foreign direct investment and lack of enforcement of labor laws that favor the violation of civil rights, among other factors. But the basis of this growth rests on the negative externalities that do not show a line with the regulation of international markets. China to become the largest economy in the world it must maintain a stance of developed countries, should reduce the levels of violation of civil rights and expand the benefits for this great mass of workers, now destitute of a labor law that will assure a decent reproduction of its workforce.

Keywords: Economic Growth of China, Deng Xiaoping, positive and negative externalities.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

TABELA 1 - A estrutura do comércio da China

TABELA 2 – O comércio da China com o mundo

TABELA 3 – Os principais produtos exportados em 2008

TABELA 4 – Os principais produtos importados em 2008

TABELA 5 – Os principais parceiros comerciais de 2008

GRÁFICO 1 – A evolução do PIB chinês e norte americano

GRÁFICO 2 – O crescimento populacional da China e dos Estados Unidos

FIGURA 1 – O Índice de Desenvolvimento do mundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A INSERÇÃO DA CHINA NO MERCADO INTERNACIONAL.....	16
1.1 A CORRIDA PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO	26
2. A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO.....	31
2.1 INVESTIMENTOS EXTERNOS.....	40
2.2 OS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO.....	43
3. A EVOLUÇÃO DO PIB: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS	49
3.1 AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO CHINÊS	51
3.2 A CHINA NA MODERNIDADE.....	59
CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS	68
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	76

INTRODUÇÃO

Atualmente a República Popular da China é o terceiro maior país do mundo, cerca de 9.596.961 km² de extensão, com 59,5% de área rural, atrás somente da Rússia e do Canadá, extensão maior do que a Índia, a Argentina e o Cazaquistão juntos. É o mais populoso do mundo, com mais de 1.345.750.973 bilhão de habitantes¹, ou seja, um quinto de toda a humanidade. Tem o terceiro maior PIB, com mais de três trilhões de dólares. De cunho comunista, atua o único partido, o Partido Comunista da China com total poder desde 1949.

O período de transição da China, aquele fechado para o mercado internacional, para uma China “parcialmente” comunista, teve seu ponto inicial na Terceira Plenária do 11º Congresso do Partido Comunista da China realizado em dezembro de 1978, quando foi anunciada a mudança para o desenvolvimento econômico.

O sucessor de Mao, Hua Guofeng² propôs seguir as instruções ditadas por Mao ao que Deng Xiaoping era contra. Desde então, Deng iniciou um processo de modernização que ficaria marcado na história da China. Ele condenou os “erros esquerdistas” de Mao, anunciou a implementação das quatro modernizações de seu mentor Zhou Enlai³, nos setores da agricultura, indústria e comércio, ciência e tecnologia e na área militar.

A situação chinesa em 1978 era decadente, o país estava desesperadamente pobre, 60% da população sobrevivia com menos de um dólar por dia, o comércio exterior representava cerca de 10% do PIB. As pessoas queriam um melhor padrão de vida. Nesta mesma época, os dirigentes começaram a pregar publicamente certa flexibilização do regime e resoluções neste sentido foram adotadas. Para que ela

¹ Fonte: Indicators on Population. In United Nations Statistics Division. Demographic and Social Statistics. Statistical Products and Databases. Social Indicators, 2009.

² Hua Guofeng foi o sucessor de Mao Tsé-Tung. Era um líder conservador. Teve como principal destaque no seu mandato o fim da Revolução Cultural. Foi sucedido por Deng Xiaoping.

³ O político chinês Zhou Enlai, foi um célebre, influente e proeminente líder do Partido Comunista Chinês. Desde a fundação da República Popular da China (1 de Outubro de 1949) até a sua morte, exerceu o cargo de primeiro-ministro e, entre 1949 a 1958, o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros.

fosse adiante, no entanto, era preciso destituir os princípios ditados por Mao, falecido em 1976, bem como parte de sua herança maldita, sem que o ritual de execração implicasse a autodestruição do Partido Comunista.

Deng então promoveu reformas de baixo para cima: primeiro as mudanças foram testadas em municípios e nas províncias, só depois a reforma foi implantada, gradualmente, em todo o país. As seguintes medidas foram tomadas por Deng: promover exportações; estimular o ingresso de investimentos externos; desenvolvimento de zonas econômicas especiais onde empresas estrangeiras puderam se instalar desde que tivessem parceria com empresas chinesas; atração de investimentos e abertura da infra-estrutura para o desenvolvimento. Países abertos ao comércio tendiam a ter taxas de crescimento maiores do que aqueles economicamente fechados.

Constituía num desafio transformar uma economia centralizada, cuja criação original levou à destruição de instituições capitalistas adaptadas as condições locais e à criação de instituições socialistas. Outra questão era a destruição da confiança na qual dependia a troca de mercado. Tarefa difícil era reconstruir essa confiança entre os representantes do governo e os agentes do mercado.

Em 1982, as condições internas permitiram que, durante um Congresso do partido, Mao sofresse sua crítica definitiva. A Revolução Cultural, que jogara a China num atraso profundo durante os anos 60, foi declarada um desastre, um tumulto interno. Mao perdeu a sua condição quase divina, mas manteve a classificação de “grande homem”.

O processo de abertura só ganharia velocidade em 1989, depois do massacre de 200 estudantes entre milhares de revoltosos reunidos na Praça Celestial. A tragédia que marcou a história chinesa, embora não constasse na versão oficial, acendia o alarme vermelho no partido. Temendo ter o mesmo fim que os soviéticos, a cúpula deliberou mudar logo e rápido, para que tudo continuasse como era, “um país, dois sistemas” na definição de Deng.

Outro fator que deu impulso no processo de abertura foi também, a entrada da República Popular da China como membro permanente nas Nações Unidas em

25 de outubro de 1971. Pôde assim ter a possibilidade de influir em diversos assuntos fora do seu alcance geográfico.

Segundo Abi-Sad (1996) “Alguns analistas chegaram a considerar que a RPC procurava ser reconhecida como “potência por antecipação”. Isto é, diferente dos outros membros permanentes, a RPC não possuía poderio militar, econômico ou tecnológico, mas sim pelo que um dia pretendia ser.

Fazer parte do Conselho de Segurança da ONU como membro permanente, juntamente com a França, Reino Unido, Estados Unidos e Rússia, todos com poderes de veto, faz desses países grandes atores no cenário internacional, no sentido de atuar de forma incisiva nas decisões.

Até meados dos anos 90, poucos acreditavam que as novas estratégias de desenvolvimento da China produzissem sucessos duradouros. Para alguns, o crescimento da China não compensaria o que chamavam de ressurgimento de velhos males das sociedades de classes, como a desigualdade social, desemprego, inflação e corrupção.

Além disso, muitos consideravam o regime comunista chinês baseado na repressão política. Como se as “quatro modernizações” fossem acompanhadas de uma “quinta reforma”, a reforma política. O que restaria da China seria uma sociedade de tipo soviético, com um Estado forte e um povo escravo e miserável.

Outros generalizaram a mutação da sociedade chinesa, sendo um “socialismo de mercado” não passaria de um “engano”. Alguns reconheceram que os chineses poderiam até visitar os demais países, mas lamentavam-se de somente poder exercer essa sociedade se tivessem dinheiro. Partiram do princípio de que o socialismo deveria ser radicalmente diferente dos países capitalistas.

Entretanto, ao longo de 20 anos os resultados foram significativos. O PIB cresceu a uma média de 8%, o número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza caiu de 250 milhões para menos de 100 milhões e a China tornou-se a 3ª maior economia do mundo. Partindo do princípio do estudo de alguns

pesquisadores⁴, se a China continuar dessa forma, em breve, será a maior economia do mundo.

A integração da República Popular da China à economia mundial tem ocorrido de forma intensa, refletido no crescimento econômico atual. Entre outros fatores, a mão-de-obra de baixo custo vem atraindo um número cada vez maior de empresas estrangeiras. Dentro deste contexto, devido à crescente procura por essa mão-de-obra barata, o cenário internacional vem pressionando o governo chinês pela regulamentação das leis trabalhistas, tendo como finalidade melhorar as precárias condições de vida dos trabalhadores chineses.

O objeto de estudo deste trabalho é o crescimento econômico da China e a sua inserção no mercado internacional. Pretende-se compreender a expansão econômica chinesa, analisando os fatores internos e externos que contribuíram para o seu crescimento.

Especificamente os objetivos são: verificar as causas que levaram a China a adotar essa política de abertura para o mercado internacional, baseado nos princípios ditados por Deng Xiaoping; analisar as mudanças, principalmente econômicas da China na inserção na OMC (Organização Mundial do Comércio); analisar o impacto dos produtos chineses no mercado internacional e os investimentos externos de acordo com o crescimento do país; e realizar um comparativo econômico, entre os PIBs da China e dos Estados Unidos.

A República Popular da China, uma ditadura de partido único, de cunho comunista, por iniciativa de Deng Xiaoping em 1981, iniciou a abertura para o capitalismo. Nos últimos 20 anos, o PIB (Produto Interno Bruto) chinês cresceu a uma média de 9% ao ano. Pretende-se assim, analisar se o contínuo crescimento econômico da China, mesmo utilizando-se de condições precárias de trabalho, poderá redefinir o cenário internacional como uma futura potência mundial. Desta forma, o trabalho visa contribuir sutilmente para as práticas das relações

⁴ Uma equipe de pesquisadores do banco americano Goldman Sachs, criou o termo BRICS para designar, no relatório "Building Better Global Economic Brics", os quatro países emergentes do mundo, Brasil, Rússia, Índia e China. Usando as últimas projeções demográficas e modelos de acumulação de capital e aumento de produtividade, o Goldman Sachs mapeou as economias dos países BRICS até 2049. A conclusão do relatório é que esse grupo de países pode torna-se a maior força na economia mundial superando as economias dos países do G6 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália) em termos de valor do PIB (em dólares americanos).

econômicas chinesas com as principais potências do mundo, além de ampliar teoricamente as discussões sobre o tema.

Pretende-se comprovar neste trabalho se a ascensão da República Popular da China no cenário econômico internacional é devido a uma junção de fatores, tais como: externalidades econômicas positivas com subsídios governamentais fornecidos as empresas (comércio e indústrias), com baixo custo do preço final do produto, como consequência, entre outros, da mão-de-obra de baixo custo; investimentos externos diretos; ausência de fiscalização das leis trabalhistas, entre outros fatores.

Quanto à metodologia, foi utilizada uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico. Possui uma característica preponderantemente qualitativa, traçando alguns pontos quantitativos.

No primeiro capítulo abordarei primeiramente sobre o contexto histórico desde o final do mandato de Mao Tsé Tung, entrando no período de Deng Xiaoping, analisando todo processo de inserção da China no mercado internacional.

No segundo capítulo haverá um explicativo sobre a OMC, seus objetivos e seu histórico. Uma análise da causa da solicitação da China de ingressar no clube mundial de negócios ter levado tanto tempo e quais foram suas implicações. Uma abordagem do crescimento dos investimentos externos, através da introdução de uma maciça quantidade de empresas multinacionais e transnacionais. Um comentário sobre os países mais influentes nessa questão e uma citação dos principais produtos exportados pela China e uma explicação, devido aos baixos custos, de como o mercado internacional reagiu a esse impacto.

No terceiro e último capítulo haverá um comparativo econômico entre a China e os Estados Unidos, dos anos 80 até 2008. Pretende-se expor a junção de fatores que contribuíram para o crescimento chinês, de acordo com as externalidades econômicas positivas e negativas, tais como: investimentos externos diretos, subsídios governamentais fornecidos as empresas (comércio e indústria), índice de desenvolvimento humano, problemas com a pirataria, mão-de-obra abundante, direitos autorais, aglomeração populacional, entre outros.

No segmento subsequente, haverá uma análise da situação atual chinesa, tendo como foco principal as leis trabalhistas, identificando as características do mercado de trabalho, uma análise do posicionamento das empresas diante desta questão, abordando quais foram os principais Estados que pressionaram o governo chinês para a regulamentação das leis trabalhistas e suas repercussões, e por fim, uma verificação da situação do atual presidente da China, Hu Jintao.

1. A INSERÇÃO DA CHINA NO MERCADO INTERNACIONAL

A situação da República Popular da China no começo da década de 60 era precária. O então representante Mao Tsé-Tung afastado da condução dos assuntos internos fora conduzido por outros veteranos da revolução, como Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, porém Mao continuara a chefiar a política externa.

Em 1966 Mao com apoio de sua esposa, Jiang Qing, lançou uma ofensiva para voltar ao poder interno: a Grande Revolução Cultural Proletária encorajou a formação de *comitês revolucionários* (bases da Guarda Vermelha), compostos por militares, camponeses e alguns integrantes do governo.

A idéia essencial era manter o teor revolucionário e um estado constante de luta e superação. Além disso, a Revolução pretendia tornar cada unidade econômica chinesa em uma unidade de estudo e reconstrução do comunismo, expandindo, portanto, a coletivização.

Mao acreditava que a próxima fase da Revolução Chinesa seria ultrapassar a revolução da ordem econômica para a ordem ideológica⁵. Essa era a justificativa para o adjetivo cultural da revolução.

A situação ficou mais intensa, quando em 1 de agosto de 1966 o corpo de dirigentes da República Popular da China aprovou uma lei chamada “Decisões acerca da Grande Revolução Cultural Proletária”. Fazia dessa lei o apoio à expulsão de intelectuais reacionários e imperialistas, sendo a maior parte conduzida pela Guarda Vermelha. A população, em especial a juventude, era instigada a se rebelar contra as autoridades, acusadas de burocratização.

Cerca de 20 milhões de estudantes formavam as Guardas Vermelhas, que faziam perseguições em grande escala. Mas o pacto com as Guardas acabou em

⁵ Mais conhecido como, “O Grande Salto”, que foi lançado em 1958, tinha por objetivos estruturar a produção agrária em um sistema cooperativo e organizar a produção industrial, além de outros objetivos específicos como o aumento da produção de minerais através de milhões de pequenas unidades produtoras. Em 1961 o programa foi abandonado, em razão de diversos insucessos, entre eles a morte de 30 milhões de chineses e o rompimento entre a China e a União Soviética no ano anterior.

1969, quando Mao usou o Exército para liquidar seus aliados, agora acusado de extremismo.

Até 1969, a Guarda Vermelha tornou-se a principal autoridade da China. Aos poucos, a ala reformista do PCC reconquistava posições e, após a morte de Mao, em 1976, assumiu o poder.

A Revolução Cultural trouxe alguns pontos positivos, tais como: a taxa de analfabetismo diminuiu de 80% em 1949 para 40% em 1970; a expectativa de vida subiu de 38 anos para 65 anos, a RPC regularizou as relações com a União Soviética, Estados Unidos e outros países, mesmo imperialistas, promovidos por Mao e Zhu Enlai.

Diante do agravamento da corrida armamentista entre as duas superpotências e da situação de derrota dos Estados Unidos no Vietnã, os dirigentes enxergaram uma oportunidade de reduzir suas tensões com as superpotências e sair do isolamento internacional.

Na prática, isso implicaria que, para reatar relações com a China, os demais países deveriam desconsiderar Taiwan como “república”. Ao final da Revolução em 1976, a China já havia estendido suas relações políticas em mais de cem Estados ao invés dos cinquenta anteriores em 1969.

Segundo **Bettelheim (1978)**,

Trata-se da verificação de uma transformação na relação das forças sociais e políticas que conduz a uma extrema limitação do movimento das massas populares e da liberdade de iniciativa e expressão que a Revolução Cultural permite-lhes conquistar.

Com o fim da Revolução Cultural, o Partido Comunista Chinês voltou ao seu lugar de origem, eliminando todo o propósito revolucionário.

Segundo **Story (2004)**, “Para Mao, as lições do passado eram claras: a China precisava modernizar-se tomando emprestado, e adaptando as circunstâncias locais, o melhor da ciência e tecnologia ocidentais”.

Ou seja, até mesmo Mao acreditava que a China precisava se mobilizar para haver um desenvolvimento perante os países ocidentais. Após a Segunda Guerra Mundial, os países capitalistas receberam uma forte ajuda financeira dos Estados Unidos, podendo assim, se reerguerem com maior facilidade. Foi o caso dos países capitalistas da Europa.

Toda a evolução da tecnologia desenvolvida durante as Guerras Mundiais foi de suma importância para o desenvolvimento dos mesmos. Não foi o caso da China. Com a falta de investimentos externos passaram-se alguns anos e o país continuou sendo denominado “atrasado”.

Vale salientar um detalhe importante: como a China jamais foi considerada pluralista, (capitalista e socialista) inexisteram anseios democráticos como no ocidente. Esses eram frutos da filosofia iluminista europeia e dos ideais da revolução americana, concepções estranhas e alienígenas do ponto de vista chinês.

Antes mesmo de realizarem as reformas no início dos anos 80, os comunistas decidiram avaliar as reais condições para as modernizações futuras. A princípio, estes reconheceram que, apesar de todos os avanços, a China ainda era um dos países mais pobres do mundo, isto devido, a um atraso histórico profundo. O desenvolvimento científico, tecnológico e educacional estava de 20 a 30 anos atrás dos países desenvolvidos. Além disso, possuíam uma população expressiva com pouca terra arável. Deng Xiaoping⁶ sabia das reais condições da China antes mesmo de propor sua reforma, sabia das dificuldades que teria, até mesmo da discordância de seus camaradas, como Chen Yun⁷ (**MARTI, 2007**).

A política de reforma proposta por Deng Xiaoping colocou a economia acima da ideologia. Para efetuar essas mudanças foi preciso alterar alguns posicionamentos marxistas da cúpula do Partido. Para tal, deu participação ao exército para forçar um grande compromisso que amarrasse o destino de todos os elementos da sociedade: partido, exército, forças de segurança pública e

⁶ Deng Xiaoping foi o secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), foi, de fato, o líder político da República Popular da China entre 1978 e 1992.

⁷ Chen Yun ou conhecido como Liao Chengyun foi um dos principais líderes do PCC por quase toda a sua história.

autoridades regionais. Deng chegou à conclusão de que o que orientava as políticas internas e externas da China era o crescimento econômico.

A história da China está intrinsecamente ligada ao PCC, Partido Comunista Chinês, desde sua fundação em 1921 até 1976 com o falecimento de Mao Tsé-Tung. Posteriormente, Deng Xiaoping foi bem sucedido no 3º Pleno do Congresso, em 1978, depois de ter sido expurgado por Mao na Revolução Cultural, em 1965, e novamente em 1976.

De volta ao poder, Deng começou o processo de reverter os caminhos traçados por Mao. Abriu a China para o mundo exterior, lançou uma campanha de modernização econômica e reformou o partido. Transferiu o controle operário diário das instituições a uma geração sucessora, que em sua maioria não teve passagem pela Longa Marcha⁸, das guerras e da revolução, no período de 1919 e 1949.

Além de ter que enfrentar o sucessor de Mao, Hua Guofeng, Deng viu-se obrigado a enfrentar os maoístas⁹, mas também seus antigos companheiros. Isto devido a não consolidação da sua posição frente à Hua até montar seu grupo majoritário no Comitê Permanente durante o 5º Pleno, em fevereiro de 1980. Obteve êxito na reabilitação de todos os membros do 8º Comitê Central do partido e excluídos por Mao durante a Revolução Cultural. (MARTI, 2007)

Durante o período de reformas, Deng passou por “perigos”. Isto porque com a passagem de gerações existia o perigo de ser totalmente interrompido pela reação conservadora dentro do partido, pelo colapso do comunismo na União Soviética e no resto do mundo em 1989. Foi nessas condições tumultuadas que Deng iniciou em 1979, seu trabalho de transformar a estrutura econômica.

A política de modernização de Deng, estrategicamente ligada à intervenção do partido na economia, também corria o mesmo risco. Se a geração escolhida fosse ultrapassada pelos conservadores, por meio do processo de modernização,

⁸ Em outubro de 1934, a primeira frente o Exército do PCC e o ELP se retiraram para escapar da perseguição do exército Kuomintang liderado por Mao Zedong e Zhou Enlai. Cerca de 80.000 homens, mulheres e crianças abandonaram suas casas para seguir Mao Zedong rumo ao desconhecido. Percorreram de 16 de outubro de 1934 a 20 de outubro de 1935 em condições extremamente duras. A também conhecida como Grande Marcha consagrou Mao Zedong como principal líder da Revolução Chinesa.

⁹ Maoísmo ou maoísmo ou pensamento de Mao Tse-tung, é uma corrente do comunismo baseado nos ensinamentos de Mao, sendo a doutrina oficial do PCC.

todo o esforço teria sido em vão. Então Deng resolveu empreender uma ação direta para reverter à tendência. Esta ação foi chamada de “Grande Compromisso”, contou com a participação de anciãos, conservadores, liberais, líderes regionais, tecnocratas e o Exército de Libertação do Povo – ELP. Era necessário reformar o partido e mudar velhos modos de pensar.

O Grande Compromisso foi dividido em três componentes:

1. O ELP apoiaria as reformas de Deng, a primazia do Partido e a unidade do Estado;
 2. Os líderes do partido nas províncias garantiriam a remessa de rendas para o governo central; e
 3. O governo central financiaria a contínua modernização do exército.
- (MARTI, 2007)

O desejo de Deng foi de criar um sistema econômico que permitisse à China tornar-se uma nação rica e poderosa em meados do século XXI. Visava garantir o sucesso de uma agenda muito prática e não ideológica: modernização econômica pelo emprego de provados métodos capitalista, primazia do Partido e um Estado centralizado sustentado pelas armas e a junção dos principais atores na co-dependência.

Com o propósito de implementar sua política, Deng recomendou:

É preciso aprender a gerenciar a economia com meios econômicos. Se nós mesmos não conhecemos a metodologia avançada desse gerenciamento, devemos aprendê-lo com quem a conhece, em nosso país ou no exterior. Esses métodos devem ser aplicados não apenas em operações empresariais com tecnologias e materiais recentemente importados, mas também na transformação técnica das empresas existentes. Até podemos começar em campos limitados a introdução de um programa nacional unificado de gerenciamento moderno; digamos uma região em particular ou um determinado comércio e, a partir daí, levar a aplicação do processo a outras áreas. (XIAOPING, 1984, pág. 119-20)

O objetivo de Deng, em termos mesuráveis, era quadruplicar a renda per capita do 1,05 bilhões de habitantes da China, passado-a de 250 dólares americanos, quantia fixada como padrão em 1981, para mil dólares no ano 2000 (XIAOPING, 1987).

Segundo pesquisadores do banco americano Goldman Sachs, estes criaram o termo BRICs para designar os quatro países emergentes, Brasil, Rússia, Índia e China. Segundo esses pesquisadores ao mapear as economias do BRICs até meados de 2050, chegaram à conclusão de que esse grupo de países poderia tornar-se a maior força na economia mundial. O estudo ressalva ainda que a China tivesse o maior crescimento entre os quatro, podendo chegar à maior economia mundial. Deng sabia do poderio chinês, para isso, iniciou a sua “Longa Marcha”. (FERREIRA, 2009)

Deng buscou assegurar a continuidade das políticas de reestruturação do estado unipartidário leninista por meio da substituição bem escolhida da estrutura autoritária de poder, a fim de montar uma instituição de bases amplas. Para fazer a vontade da maioria do “núcleo” do dispositivo, em apoio, deixou o ELP (Exército de Libertação do Povo) mais moderno.

Em meio a um conturbado momento dentro do partido, juntamente com níveis inflacionários altos, corrupção nas políticas reformistas, esses fatores combinados com o desmoronamento do Partido Comunista da União Soviética em 1991, levaram os linha-dura a adotar medidas para garantir, o que os conservadores consideravam a sobrevivência do partido. Ignoraram as instruções de Deng de voltar a políticas econômicas mais liberais, insistiram num recrudescimento e tomaram providências para que o novo congresso tivesse membros “selecionados” mais representativos às políticas¹⁰, essas foram às medidas tomadas pelos linha-dura.

Muitos achavam que as políticas de Deng eram o único meio de melhorar a situação do povo e de dar emprego a suas populações crescentes. Para o Exército de Liberdade do Povo, as questões eram modernização e neutralização política, incluídas nas quatro modernizações de Deng. As chamadas quatro modernizações de Deng, foram reformas para modernizar os setores, da indústria, da agricultura, da ciência e da tecnologia e das forças armadas, setores estes, que se encontrava em um profundo atraso histórico. (MARTI, 2007)

Porém a modernização dependia da existência de verbas do governo central, que por sua vez, confiava na remessa de fundos das províncias. Deng também

¹⁰ A formação e a sucessão dos governos foram organizadas nos congressos do PCC.

apelou para as províncias em busca de idéias sobre a implementação de práticas econômicas estrangeiras. Baseou-se em uma situação favorável que aconteceu na província dos líderes Xi Zhongxun e Yang Shangkun. Pelo fato de ser esta adjacente a Hong Kong, colônia da Coroa Britânica e de haver obtido sucesso na adaptação de métodos econômicos capitalistas em um ambiente socialista. Seriam então as chamadas ZEE, zonas econômicas especiais.

Durante o verão de 1979 decretos adicionais foram baixados a fim de formalizar as zonas experimentais como locais de atração de capital estrangeiro. No ano seguinte o Congresso Nacional do Povo aprovou formalmente e posteriormente foram baixadas normatizações para regular as ZEE.

Por esses regulamentos, as ZEE eram zonas especiais econômicas e não políticas. Sua função era implementar políticas econômicas especiais e um sistema de gerenciamento econômico particular, ou seja, as ZEE dependeriam de capital estrangeiro, pois quando foram implantadas a principal função era atrair o capital externo para desenvolvimento das regiões introduzidas. Porém na prática, também dependiam do capital interno. Essas iniciativas capitalistas locais eram caracterizadas principalmente por empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) e por firmas administradas por empresários estrangeiros como únicos proprietários.

O principal objetivo das ZEE era atrair os investidores estrangeiros que, em troca introduziriam na China tecnologias e métodos modernos de administração, com o propósito de criar um fluxo de exportação gerador de divisas, encorajados por vendas sem impostos, taxas reduzidas, tarifas menores, infra-estrutura moderna, legislação trabalhista e salarial flexível e menos burocracia. Os resultados foram sentidos rapidamente, porém em reunião, o comitê executivo ao discutir sobre a ZEE, após a insistência de Chen Yun¹¹ e os conservadores, fora denunciado que “as ZEE haviam inflamado atividades ilegais e criminosas, que eram as piores dos últimos trinta anos”¹². (CARVALHO, 2009)

¹¹ Chen era czar da política econômica e chefe da Comissão de Inspeção Disciplinar, organismo criado especialmente para garantir a disciplina do partido.

¹² “CCP in Hot Pursuit of Economic Criminals, Party Members and Cadres to Make Three Examinations,” *Ming Pao*, 25 de abr 1982, p.6, FBIS-CHI-82-083, 29 de abr 1982, p. W1

Deng teve que admitir algumas atividades ilegais, como: “alguns funcionários de deixaram corromperem durante o curto período de um ou dois anos desde que se adotou a política de abertura ao mundo exterior e o estímulo à economia. Um bom número está envolvido em crimes econômicos” (XIAOPING, 1984). Após essas denúncias, Deng decidiu lançar um movimento contra o crime econômico até o dia em que as quatro modernizações se concretizassem.

Em 1982, Deng consolidado no poder anunciou no discurso de abertura do XII Congresso do partido, que a política iniciada no 3º Pleno (a das ZEE ia prosseguir, entretanto apesar do programa de modernização fosse continuar aproveitando o conhecimento e a experiência de modelos estrangeiros, o processo seria integrado às verdades universais do marxismo e as concretas realidades da China, construir um “socialismo com características chinesas” (XIAOPING, 1987).

Entretanto, era necessário normalizar as relações com os Estados Unidos para ter acesso às fontes ocidentais de finanças, créditos e ajuda ao desenvolvimento, bem como estabelecer relações amigáveis com a União Soviética. Com o desdobramento de tropas ao longo da fronteira norte da China, era necessárias despesas com forças armadas, uma das prioridades de Deng nas “quatro modernizações”.

Deng recuou nas relações recém estabelecidas com os Estados Unidos devido à rejeição americana em efetivar o intercâmbio de tecnologias avançadas e o contínuo apoio militar a Taiwan. Com o novo governo de Reagan em 1980 prometera restaurar o reconhecimento da independência de Taiwan. O interesse dos norte-americanos era ter acesso ao mercado chinês na relação geopolítica triangular Washington-Moscou-Pequim (SHULTZ, 1990).

O processo de normalização das relações com a América foi concluída após negociações em agosto de 1982, no qual os Estados Unidos declaravam não pretender levar adiante uma política de longo prazo voltada para a venda de armas a Taiwan, com isso, os chineses afirmaram suas intenções pacíficas com Taiwan.

Após uma nova tentativa de reaproximação com os soviéticos, Deng anunciou que sua política seria “independente” de não alinhamento com qualquer potência

estrangeira em oposição a outra. Isto permitiria que a China seguisse uma política externa própria.

Direcionando sua política de posição distante das superpotências, Deng afirmou:

Os negócios chineses devem ser conduzidos à luz das condições específicas da China e pelo próprio povo chinês. Independência e auto-suficiência sempre foram e sempre serão nossos fundamentos. Embora nós chineses valorizemos nossa amizade com outras nações e outros povos, valorizamos mais ainda nossa independência tão arduamente conquistada e nosso direito de soberania. Nenhum país estrangeiro deve esperar que a China lhe preste vassalagem, nem esperar que a China concorde com qualquer ação prejudicial aos seus próprios interesses. Seguiremos resolutamente a nossa política de abertura com o mundo exterior e ativaremos nosso intercâmbio com países estrangeiros na base da igualdade e do benefício mútuo. (XIAOPING, 1987, pág. 3).

As zonas econômicas especiais continuaram a prosperar apesar da corrupção e do perigo das idéias burguesas. O então secretário-geral do partido, Hu Yaobang, em 1983, declarou: “Vocês executaram, com brilho, as tarefas que lhes foram atribuídas pelo governo central. Tendo em vista que a Zona Econômica Especial é uma novidade, devemos ter ousadia para explorar e abrir novos caminhos; os novos e especiais aspectos emergentes das zonas especiais devem ser conduzidos de um modo também novo e especial.” (JIANHUI, 1984)

No ano seguinte, em 1984, após uma visita ao sul da China, Deng decidiu que as ZEE deveriam ser expandidas e administradas de uma forma mais rápida e eficiente. As medidas foram ampliadas na política de “Porta Aberta” para outras cidades portuárias. Quatorze cidades costeiras foram abertas ao mundo com o propósito de importar tecnologia estrangeira, adquirir conhecimento e aprender a administrar.

Ao resumir as idéias de Deng, Zhao Ziyang destacou:

A tendência é abrir mais áreas. Serão três diferentes formas: ZEE, zonas de exploração técnica e econômica, e cidades litorâneas, às quais será delegado maior poder de decisão no emprego de capital estrangeiro e na execução de transformações e cooperações técnicas. Essa política visa garantir que nossos impostos e nossos mercados sejam atraentes ao capital e aos empresários estrangeiros, e que seja delegado poder de decisão às áreas costeiras para execução de cooperação técnica e econômica. (JIANHUI, 1984, pág. 4-6)

A primeira das Quatro Modernizações, a reforma na agricultura fora acertada no 3º Pleno do XI Congresso, em dezembro de 1978. Foi dada uma reorganização da agricultura em todo o país. Deu as famílias agricultoras à responsabilidade de quotas de produção. A produção agrícola cresceu 50% entre 1978 e 1984, (MUFSON, 1996) aumentou a renda *per capita* entre os agricultores. A próxima prioridade seria a modernização da indústria.

Em Pequim encontrava-se uma centralização do comércio exterior, à medida que esse comércio fora transferido para empresas das províncias e locais, a perda da receita de Pequim indicou que o governo perdia o domínio da economia. Resultou na queda de arrecadação de impostos, conseqüentemente por não existir reserva de moeda suficiente, forçou o governo central a imprimir dinheiro para cobrir os gastos, gerando a inflação.

Os resultados negativos foram surgindo. A política de modernização de Deng provocou um déficit da balança comercial em 14,9 bilhões de dólares, em 1986 (LARDY, 1992). Para contornar toda essa queda na economia, o governo tentava contornar reduzindo o descontrole nas importações por meio de empréstimos da moeda estrangeira retida nas províncias sem jamais quitar a dívida. Vendo todos esses resultados negativos, Deng decidiu que as ZEE seriam voltadas principalmente para as exportações, baseadas nas commodities primárias como petróleo e carvão. Porém só isso não era necessário para financiar a modernização, principalmente devido à queda dos preços do petróleo em 1985.

Portanto Deng decidiu que as cidades litorâneas e as ZEE imitariam o Japão, bem como financiar a modernização com a exportação de bens de consumo. Antes divididas entre produtos primários e produtos manufaturados. Os resultados só foram obtidos em 1987, quando o déficit se transformou em superávit. Em seguida Deng voltou sua atenção para a agricultura, sua meta era aumentar a produção de cereais em cinco milhões de toneladas anualmente. (LARDY, 1992)

Além da atenção com as ZEEs, outra questão que incomodava Deng era o chamado “liberalismo burguês”. À medida que as tecnologias oriundas do Ocidente entravam na China refletia no influxo indesejado das idéias políticas. Segundo Deng, seus defensores idolatravam a “democracia” e a “liberdade” das nações capitalistas

ocidentais e rejeitavam o socialismo. Idéias que Deng não permitia. Mesmo tomando medidas de modernização a China não seguiria o caminho liberalista do capitalismo.

1.1 A CORRIDA PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO

A estratégia geopolítica internacional aspirada por Deng era de por a China entre as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética (THORNTON 1990). As medidas de aproximação com a URSS foram bloqueadas devido à invasão do Afeganistão pelos soviéticos, em dezembro de 1979. Assim os “olhares” tenderam para os norte-americanos. Porém em 1985, quando Mikhail Gorbachev subiu ao poder em Moscou tudo mudou. Deng pretendia fazer a reforma econômica, mas ao mesmo tempo necessitava proteger as fronteiras. Então, em 1986, Gorbachev em um discurso fez uma proposta de paz à China.

A posição de Deng frente às duas superpotências era de desconfiança, principalmente em relação às políticas de Gorbachev, segundo Deng, era de “muita trovoadas e pouca chuva.” (NIXON, 1990) A China considerava a União Soviética e os Estados Unidos como ameaças iguais. As tecnologias norte-americanas transferidas para a China não acabariam em mãos soviéticas. Deng completa: “Temos muito mais diferenças com a União Soviética do que com os Estados Unidos, mas não queremos nos atrelar a uma só carroça.” (NIXON, 1990) Existia um jogo de interesses usando os soviéticos para contrabalançar a “Carta Americana.”

Em 1985, Deng aceitou a proposta de paz dos soviéticos e começou a cultivar melhores relações políticas e comerciais com Moscou e os países do Pacto de Varsóvia, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e Alemanha Oriental. O comércio com os soviéticos e com a Europa Oriental era considerado “seguro,” com menos probabilidade de infiltração das idéias liberais burguesas.

Mudanças ocorreram no Comitê Central após uma reunião do Politburo, resultando na substituição de Hu por Zhao. Deng imaginara que essa alteração na liderança do partido, não afetaria de forma alguma na sua política de abertura interna e externa. Nem a reforma das estruturas políticas e econômicas.

(THORNTON, 1990) O XIII Congresso também marcou o início de uma transformação do partido. Deng forçou a geração revolucionária a aposentar-se. Assim, o XIII Congresso teve mais de 65% de novos membros mais jovens e mais instruídos. (OKSENBERG, 1987)

Apesar das mudanças no XIII Congresso, a economia não estava controlada. Os preços crescentes e a inflação provocaram o ressentimento do operariado e as acusações de corrupção. No final de 1988, o governo tentou conter a inflação crescente e o crescimento descontrolado. Porém os ganhos estavam concentrados nas províncias e empresas locais para ser repassada a Pequim. (MARTI, 2007)

Para tentar contornar a situação foram tomadas várias medidas: redução do crédito; proibição de certas importações; expansão das restrições à substituição de importações; taxas alfandegárias foram dobradas para máquinas de lavar roupa, rádios, toca-fitas; centralização (novamente) do controle das importações de seda e pesticidas; fim da importação de carros de luxo, cigarros e bebidas alcoólicas.¹³ Como resultado positivo, a inflação foi estancada, porém como resultado negativo estagnou a economia. Milhares de pessoas ficaram desempregadas e o padrão de vida caiu. Essas questões contribuíram para os distúrbios em Tiananmen em 1989. (WALDER e GONG, 1993)

Protesto na Praça da Paz Celestial (Tiannanmen) ou mais conhecido como Massacre da Paz Celestial ou ainda Massacre do dia 4 de Junho foram manifestações lideradas por estudantes que ocorreu em 15 de abril e 4 de junho de 1989. Os manifestantes acreditavam que o governo era demasiado repressivo e corrupto. Estavam insatisfeitos com as reformas econômicas, achavam ser de forma lenta, com a inflação e a falta de emprego. (MELLO, 2005)

Assim, Deng se convenceu da necessidade de se tomarem medidas fortes a fim de esfriar a economia. Ele permitiu que Chen e Li assumissem a direção da maioria dos programas preferidos de Zhao. O investimento de capital foi reduzido em 20%, e o investimento estatal sofreu cortes para 1989. Foram restringidos os

¹³ CIA, Central Intelligence Agency dos EUA, *The Chinese Economy in 1989 and 1990, Trying to Revive Growth While Maintaining Social Stability*, Washington, D.C., Central Intelligence Agency, 1990, p.17; Lardy, "Chinese Foreign Trade," pp.715-17

créditos, estabeleceram-se tetos para os limites de crédito em bancos nacionais, e os índices de juros foram aumentados para empréstimos bancários. (MARTI, 2007)

Os protestos da Praça Tiananmen em 1989 começaram como um tributo a Hu Yaobang, que morrera de repente em 15 de abril. Os estudantes entregaram aos altos chefes do partido uma petição que continha sete exigências:

1. Considerar correto o entendimento de Hu Yaobang sobre democracia e liberdade;
2. Reconhecimento de que as campanhas contra a poluição espiritual e a liberalização burguesa tinham sido equivocadas;
3. Divulgação da renda dos líderes do estado e de suas famílias;
4. Fim da proibição da imprensa privada e instituição da liberdade de expressão;
5. Aumento das verbas para a educação e maiores salários para os intelectuais;
6. Fim da restrição às manifestações em Pequim; e
7. Realização de eleições democráticas para a substituição das autoridades governamentais que haviam tomado decisões políticas equivocadas. (ZHANG, 2001)

O então representante interino, Li Peng ao perceber que os estudantes não iriam regressar às suas escolas, decidiu tomar uma ação mais dura. Ele achava que os estudantes tinham a intenção de derrubar o partido. Com o passar do tempo os protestos foram se intensificando e atraindo novos simpatizantes.

Diante do agravamento da situação Li Peng convenceu Deng que estavam diante de uma ameaça à estabilidade. Mesmo com o regresso de Zhao ao Comitê Permanente, a situação ainda não tinha se estabilizado. Zhao argumentou que os estudantes “estão brandindo slogans que apóiam a constituição, defendem a democracia, atacam a corrupção. Essas bandeiras estão bem alinhadas com a posição do partido e do governo, e não há como recusá-las.” (MUFSON, 1995)

Sem obter resultado, o Comitê Permanente decidiu a decretação da lei marcial. Foi decidida uma série de mudanças dentro do Comitê, anunciadas no 4º Pleno:

Na conjuntura crucial relacionada à sobrevivência ou à extinção do Partido e do Estado, o camarada Zhao Ziyang cometeu o erro de apoiar o tumulto e a divisão do partido e teve incontornáveis responsabilidades na organização e no desenvolvimento do levante. A natureza e o efeito de seus erros foram muito sérios. Embora tenha realizado algumas ações benéficas à reforma, à abertura da China para o mundo exterior e ao processo econômico quando exerceu os principais cargos do Partido e do Estado, ele obviamente errou na orientação e na ação prática. Em especial, depois de assumir o comando do Comitê Central, deixou-se ficar em posição passiva na abordagem dos quatro princípios cardeais e no combate à liberalização burguesa; como agravante, descuidou-se da estrutura do Partido, da edificação de uma civilização espiritual e das obrigações políticas e ideológicas, provocando perdas muito sérias na causa do Partido.¹⁴

Devido às mudanças ocorridas dentro do Partido, Deng perdeu o poder de controlar diariamente a política econômica. O bloco conservador do Comitê Permanente ficara responsável.

Com o desmoronamento da URSS e conseqüentemente de seu partido comunista, os linha-dura culpavam as liberalizações políticas de Gorbachev, o então representante da URSS, achavam que a liberalização econômica (reforma e abertura) de Deng estava levando a China pelo mesmo caminho e resultaria na perda de controle pelo partido. A solução era reafirmar e reforçar a disciplina partidária e centralizar o controle.

No cenário internacional simultâneo ao colapso da URSS, os Estados Unidos estavam em fase de retirada do Pacífico Ocidental. Neste momento, Deng percebeu que seria o momento ideal para firmar a hegemonia chinesa sobre o sudeste asiático e atrair investimento em capital estrangeiro. Mas, para isso, Deng precisava recuperar o controle da política interna e externa.

Para promover a sua volta ao poder, Deng, em 1992, contornou o poder central do partido quando recorreu aos que o apoiavam nas províncias do sul, fez um acordo com o exército, assim pôde restabelecer sua influência na política e forçar a linha-dura do partido em Pequim a aceitar um acordo. Assim, foi substituída

¹⁴ “Communiqué on the Fourth Plenary Session of the 13th CCP Central Committee,” FBIS-CHI-121-89, 26 jun 1989, p. 15; para uma discussão sobre os ataques contra Zhao, sem lhe citar o nome, vide “Zhuan da Deng Xiaoping tong zhi de zhong Yao Jiang hua Jiang diao BA si xiang tong yi dao jiang hua shang lai, [*Transmissão dos importantes ensinamentos do camarada Deng Xiaoping sobre a ênfase no pensamento que nos une*], *Renmin Ribao*, 14 jun 1989, p. 1. A reunião também é comentada nos documentos incluídos no livro recentemente publicado que reúne os papéis referentes às discussões da alta liderança, a obra de Zhang Liang et al, *The Tiananmen Papers*.

toda uma geração de comandantes militares por uma nova geração de jovens leais ao partido. Mesmo com sua saúde debilitada, Deng voltou ao debate no partido.

A política de abertura econômica de Deng continuou intensamente. Nos primeiros seis meses de 1992 havia sido constituídas na China quarenta mil empresas de capital estrangeiro. Em 1993 o crescimento se intensificou com uma taxa de 13,4% e um aumento da produção industrial de 21,1%. (MEZZETTI, 2000)

Somente com o passar do tempo se tornaria evidente as transformações realizadas por Deng em 1992. Com sua saúde debilitada, depois de 1994, gradualmente ele foi se retirando da política deixando aos sucessores por ele escolhidos a incumbência de assumir e prosseguir. Em 1997, Deng falece em decorrência de complicações causadas pelo mal de Parkinson.

Com um crescimento acelerado, a China necessitava de um órgão que regulamentasse suas exportações, seu comércio de um modo geral. Foi quando a China decidiu negociar a entrada na Organização Mundial do Comércio, tema do próximo capítulo.

2. A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Para desenvolver o comércio internacional foram feitas tentativas de se criar a Organização Internacional do Comércio (OIC); entretanto devido à oposição dos Estados Unidos, essa organização nunca foi operante. Assim, 23 nações se reuniram em 1947, em Genebra, e celebraram um acordo sobre comércio internacional, que ficou conhecido como General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), isto é, Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. (MAIA, 2007).

O GATT tinha como objetivo o crescimento do comércio internacional, por meio das eliminações de todos os tipos de barreiras comerciais e de qualquer tipo de protecionismo. Na Rodada de Uruguai iniciada em 1986 e finalizada em 1994 em Marrakesh, ficou decidida a mudança do GATT para WTO ou OMC, Organização Mundial do Comércio.

La Organización Mundial del Comercio (OMC) es la única organización internacional que se ocupa de las normas que rigen el comercio entre los países. Los pilares sobre los que descansa son los Acuerdos de la OMC, que han sido negociados y firmados por la gran mayoría de los países que participan en el comercio mundial y ratificados por sus respectivos parlamentos. El objetivo es ayudar a los productores de bienes y servicios, los exportadores y los importadores a llevar adelante sus actividades. (Organización Mundial Del Comercio, 1995)

Como encontrado no site oficial da OMC ou WTO (World Trade Organization), a organização é a única que trata das regras sobre o comércio entre as nações. Juntamente com a criação do FMI, do Banco Mundial e das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, o surgimento da OMC trouxe uma nova modelagem à ordem internacional.

De acordo com Carvalho (2007), os objetivos da OMC são:

1. Administração dos acordos de comércio;
2. Atuação como fórum multilateral para as negociações e disputas do comércio internacional;
3. Análise e avaliação das políticas nacionais de comércio internacional;
4. Assistência e assessoria aos países em desenvolvimento na implementação das políticas de comércio internacional; e

5. Cooperação com outras instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial, ONU).

Após 15 anos de negociação, a China consegue ingressar na OMC em novembro de 2001. A decisão foi tomada na reunião da OMC em Doha, no Catar. Zhu Rongji em seu discurso no Congresso Nacional Popular (CNP) em março de 2002, afirmou que a China estava “enfrentando novas dificuldades e sérios desafios”. A situação em que a China se encontrava era de corrupção e de desemprego, além das conseqüências que viriam devido ao ingresso na OMC, como por exemplo, o desafio para muitas das indústrias menos competitivas. Alguns pessimistas temeram que a agricultura e a indústria sofressem com a concorrência, gerando sérias tensões sociais.

Segundo Story (2004 pág. 237-238),

O ingresso da China na OMC em 2002 ajuda a corroborar sua reputação de parceiro confiável, e coloca a China em um processo de mudança de regime, que inclui mudanças no sistema de negócios do país. O que se encontra à frente do PCC é a introdução de normas, regras e padrões elaborados pelos países ricos do Ocidente ao longo dos últimos cinquenta anos.

O início das negociações para a entrada da China na OMC começou em 1986. Muitos fatores contribuíram para que as negociações demorassem tanto: a mecânica do processo de negociação, a expansão da filiação, uma agenda cada vez mais ambiciosa de comércio global e as demandas por uma maior transparência de políticas exigidas para os candidatos. (STORY, 2004)

O ingresso na OMC envolveu dois conjuntos de negociações: a primeira foi uma análise do que precisava ser feito para que o candidato colocasse suas práticas em linha com as exigências da OMC; e o segundo conjunto de negociações foi conduzido entre o candidato e os membros da OMC que desejavam com ele negociar, no caso da China o maior interessado era os Estados Unidos. Os resultados dessas negociações bilaterais foram aplicados a todos os membros sob o princípio da nação mais favorecida (NMF). (STORY, 2004) Isto significa que se um país conceder a outro país um benefício terá obrigatoriamente que estender aos demais membros da OMC a mesma vantagem ou privilégio.

O GATT como influência dos ocidentais, foi iniciado como um acordo entre os principais países industrializados. Inicialmente com 23 dos 51 países do sistema global que subscreveram o acordo.

Por questões econômicas, o maior interessado em negociar com a China era os Estados Unidos, o mais breve possível. A relação entre os dois países teve seu ponto alto em 1972 e depois em 1978. No começo do governo Reagan as relações iniciaram em ponto baixo, principalmente em 1984, reforçado pela visita, porém os anos seguintes foram melhores.

Quanto à filiação da China ao GATT, tanto ela quanto o Reino Unido concordaram em incluir Hong Kong, de acordo com o GATT, a cidade teria um *status* desprovido da condição de país. Taiwan por sua vez propôs um *status* similar para evitar conflitos com a China continental. O medo de Pequim era que as potências ocidentais, incluindo o Japão, pudessem ser tentadas a incluir Taiwan na OMC, deixando a China de fora.

No governo de Clinton as exportações da China para os Estados Unidos estavam crescendo a passos rápidos. No começo de 1995 a China já havia assinado a Rodada de Uruguai, comprometendo-se a sujeitar-se às regras internacionais, e pressionou bastante para ingressar na OMC. Os negociadores norte-americanos diziam que a China ainda não era uma economia de mercado, não tinham muitas características de uma economia centralizada, significaria dizer que as exportações chinesas para os mercados mundiais eram vendidas a preços inferiores ao custo de produção, o chamado *dumping*.¹⁵

Os chineses alegavam aos diplomatas norte-americanos que tinha de ser tratados como um país desenvolvido. Isto porque, a China liderava as tabelas do campeonato mundial de produção de aço, carvão, fertilizantes, aparelhos de TV e bicicletas; os investidores estrangeiros na China usavam-na como plataforma de exportação para operações de baixo valor agregado; seu saldo comercial continuava

¹⁵ Dumping é um termo utilizado em comércio internacional sendo uma prática comercial que consiste em uma ou mais empresas de um país venderem seus produtos por preços abaixo de seu valor justo para outro país. Tem como objetivo eliminar ou até prejudicar os fabricantes de produtos similares concorrentes no local.

a crescer tanto em setores intensivos em capital como em setores intensivos em mão-de-obra. (STORY, 2004)

Apesar de terem se passado 15 anos de negociações na transição no ingresso na OMC, existiram duas vantagens: o status de país em desenvolvimento garantia à China o direito de continuar a proteger suas indústrias e mostrava que não havia forma alternativa de governo na China por um longo período à frente. “Transição” se referia a uma nova categoria de países, definidos como “economias em transição”¹⁶, ou seja, transitando de uma economia centralizada para uma economia de mercado, da ditadura para a democracia. Vale salientar que, ao se juntar ao comércio mundial, para a China a democratização eventual seria ao estilo chinês.

A principal questão para os EUA era que o Governo Central da China implementasse seus compromissos. O que motivou a China para isso foi, em grande parte, como membro da OMC, o não julgamento anual do Congresso norte-americano, devido aos ataques à política do presidente Clinton em relação à China em questões que variavam de *dumping* de exportação a direitos humanos.

O difícil processo de ingresso da China na OMC é de muitas formas uma reflexão real do difícil processo pelo qual a China tem se transformado de um país de economia planejada para um país sob um sistema econômico de mercado. (YOUNGTU, 2000, pág. 252)

O período de 1997 e 1998 foi marcado por uma fase de transição, onde aconteceram diversos fatos importantes. Taiwan procurava um final para seu *status* real de apêndice do continente junto às organizações internacionais. Em 1993, o governo de Taipei lançou uma campanha para melhorar o perfil da ilha como ator ou ato internacional. Segundo Tucker (2000), houve duas principais razões para essa mudança:

1. Taiwan se viu como refém das batalhas comerciais entre os Estados Unidos e a China. Os EUA recusaram à China o *status* de país em desenvolvimento devido ao seu alto nível de exportação de manufaturados, entretanto grande parte dessa exportação partia de investimentos de Taiwan no continente.

¹⁶ Termo utilizado pela ONU, UNESCO, Banco Mundial.

2. A tragédia em 1989 na Praça Tiananmen deu impulso ao ativo movimento democrático de Taiwan, que vinha se formando desde 1970. Isto seria o fim de uma política de reunificação, resultando em um rompimento entre China continental e Taiwan em junho de 1995. A situação ficou mais intensa quando exercícios militares e testes com mísseis foram realizados próximos à costa de Taiwan na época da realização de suas eleições gerais em março de 1996. Essas ameaças por parte da China continental fizeram que os EUA deslocassem dois porta-aviões para o Estreito de Taiwan.

O possível conflito foi amenizado pelo recuo tanto por parte da China quanto pelos EUA, e em outubro de 1997 as condições amadureceram. Clinton o então presidente dos EUA, insistiu que a China estava sendo atraída para as...

(...) instituições e acordos que estão estabelecendo as regras básicas para o século XXI, as parcerias em segurança, os acordos de livre comércio, o regime de controle de armas, as coalizões multinacionais contra o terrorismo, o crime e as drogas, os compromissos para preservar o meio ambiente e para defender os direitos humanos... Essas são nossas maiores esperanças, para garantir nossos próprios interesses e valores e para ajudar a China em sua transformação histórica iniciada há 25 anos, quando país se reabriu para o mundo. (STORY, 2004 APUD WHITE HOUSE, 1997, pág. 256)

Essas foram as palavras de Clinton, em uma política de engajamento, expressando o apoio e a consideração pela China.

O período entre 1997 e 1998 foi marcado por acontecimentos que mudariam a história da China. O então líder supremo que deu início à abertura de mercado ao mundo, Deng Xiaoping morreu em fevereiro de 1997, uma mudança de poder para a nova liderança foi anunciada em setembro no 15º Congresso do Partido, onde foi confirmado o comprometimento do partido-Estado em dar continuidade à reforma do mercado.

Em março de 1998, o premiê Li Ping, que era contra o ingresso na OMC foi substituído por Zhu Rongji, ex-prefeito de Xangai. Zhu dizia que a globalização era irreversível, e que a China tinha de ingressar na OMC ou seria deixada para trás. Então, os compromissos assumidos para ingressar na OMC foram acelerados, no sentido administrativo: foram cortados em poucos meses funcionários do governo

central em 50%, pessoal dos setores de habitação e educação; do setor bancário, subsídios e empresas estatais.

A então região administrativa especial de Hong Kong, centro financeiro internacional já era um participante da OMC, operava como porto livre com elevados padrões de administração, com um sistema legal previsível, com garantia de direitos de propriedade e com uma sociedade civil que desfrutava do livre fluxo de informações de renda *per capita* 30 vezes superiores à da China continental. Detinha um mercado direcionado, principalmente para os Estados Unidos, apresentando grandes saldos comerciais.

Somente em fevereiro de 1998, os EUA concluíram o acordo comercial com a OMC para o eventual ingresso de Taiwan nessa organização. A preocupação de Taiwan em ser marginalizada fez aumentar as relações bilaterais para pavimentar seu caminho para o ingresso na OMC.

Após 17 rodadas de negociações concluídas em fevereiro de 1998, resultou na visita do presidente Clinton a China em junho do mesmo ano. A declaração de Clinton ficou conhecida como “Três não”: não para a independência de Taiwan, não para uma China, uma Taiwan e não para a entrada de Taiwan em organizações internacionais, nas quais o *status* de país fosse um requisito para a filiação.

O ambiente geoestratégico da China resultou em uma maior atração do governo Clinton como um parceiro indispensável, isto devido ao clima tenso onde se encontrava na região Ásia-Pacífico: explosão de dispositivos nucleares por parte da Índia e do Paquistão e o lançamento de um míssil balístico pela Coreia do Norte, atravessando o espaço aéreo do Japão.

As relações com o Japão foram aproximadas quando chegaram a um acordo bilateral nas negociações da OMC sobre acessos ao mercado. A Comissão Européia (1998) também traçou um acordo estratégico com o objetivo de acelerar a “transição para uma sociedade aberta baseada no estado de direito e no respeito pelos direitos humanos”. Segundo Story (2004) todos os países haviam embarcado na política de engajamento da China.

Em junho de 1997 a China vivenciou um colapso financeiro juntamente com outros países da Ásia. Houve uma redução em seu crescimento, uma queda nos investimentos estrangeiros e uma redução em suas exportações. Em janeiro de 1998 o presidente Clinton propôs uma rodada de negociações sobre o comércio internacional, teve o apoio da União Européia e do Japão. Então em dezembro, setenta países concordaram em liberalizar os serviços financeiros, o *hardware* e o *software* para a infra-estrutura de comunicações e pagamentos no mundo foram dispostos lado a lado.

Segundo Youngtu (2000) o então negociador da China na OMC, dizia que a China deveria “agarrar” a oportunidade provida pelo ajuste em grande escala que aconteceu na infra-estrutura industrial do mundo.

As relações bilaterais entre a China e os EUA começaram em 1998, praticamente finalizaram em abril de 1999, após um sério colapso nas negociações e foram retomadas no final do verão para chegar a um acordo sino-americano em relação ao acesso da China à OMC.

Já as relações comerciais com o Japão se deterioraram quando o Japão aumentou as tarifas sobre a importação de alho-porró, cogumelos e junco da China e a China retaliou com tarifas de 100% sobre um conjunto de produtos manufaturados japoneses. (STORY, 2004).

O então premiê Zhu Rongji fez uma avaliação em um encontro regional sobre o ingresso do país na OMC: “Todos estão felizes com o ingresso, mas eu não estou animado porque estou preocupado... A filiação levanta muitas perguntas, e pode ser que as desvantagens sejam maiores do que as vantagens se não lidarmos direito com os problemas”. A China tinha uma lista enorme a cumprir diante dos compromissos assumidos com a OMC. O conteúdo do novo regime comercial de acordo com a opinião do discurso acima ficou dividido em:

- *Serviços*: ainda estavam sob extenso controle estatal. Os fornecedores de serviços estrangeiros enfrentaram extensas restrições ao licenciamento, à participação de capital, à localização geográfica, ao escopo de negócios e de operações. Diante dos termos negociados, grande parte dos serviços seria aberta à concorrência estrangeira, incluindo serviços financeiros, de

telecomunicações, de distribuição, de turismo e viagens, de serviços profissionais e audiovisuais. Na área das telecomunicações, e dado que a China fazia parte do Acordo de Tecnologia de Informações, seriam eliminadas todas as tarifas sobre computadores, equipamentos de telecomunicação e outros produtos de alta tecnologia.

- *Direitos de propriedade intelectual:* a China é um dos principais fabricantes de produtos falsificados. O governo chinês, consciente de que os investidores estrangeiros precisavam de alguma garantia sobre seus direitos de propriedade, procurou regularmente melhorar os procedimentos. Dadas as dificuldades, a China teve um prazo final para conformidade em 2005.
- *Meio ambiente:* devido à possibilidade do aumento dos custos locais, a China foi contra aos esforços dos países ricos de introduzir padrões ambientais, isto porque os problemas ambientais estavam crescendo, estima-se, por exemplo, que a poluição urbana estivesse matando cerca de 180.000 pessoas por ano, que 10% da terra arável da China meridional sofreriam com a chuva ácida, e que o nível de água sob Pequim cairia para valores insustentáveis por causa da exploração para uso urbano, industrial e agrícola (Banco Mundial, 1997). Como observou Li Peng, ex-primeiro ministro, “a China não tem apenas de prover seu povo com riquezas e produtos materiais, mas precisa gradualmente melhorar a qualidade de vida, e o meio ambiente é uma importante parte da qualidade de vida”. Detalhe que a China assinou o Protocolo de Kyoto, mas assim como os países em desenvolvimento, não teria cortes em suas emissões até 2012.
- *Política de concorrência:* Como a China ainda não é uma economia de mercado, e os direitos de propriedade não são assegurados, não haveria assim uma eficaz política de concorrência. Durante as negociações, os parceiros comerciais não estavam muito convencidos de que a China manteria seus compromissos. A princípio, o compromisso que Pequim propôs foi à transparência com a publicação de um jornal oficial para publicar todas as medidas da política comercial e um ponto central de consulta, porém ainda não foi posto em prática.
- *Direito dos trabalhadores e direitos humanos:* a abordagem do governo chinês é declarar que os direitos humanos mais básicos são: alimentação,

abrigo e vestuários, e que apenas após os níveis de instrução e prosperidade terem ser disseminado largamente entre a população, poderiam os direitos dos cidadãos serem estendidos à participação eleitoral. Até mesmo recebeu apoio da Rússia, Japão, Austrália, Canadá, Suíça, países da UE, da Ásia e da África, para acentuarem seu ponto de vista na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Os EUA no governo de Clinton conseguiram um acordo com a indústria de vestuário (Nike, Reebok, Phillips e Van Heusen) para reduzir as operações de “sweatshops” (fábricas e oficinas em que há exploração de mão-de-obra) na China. O acordo incluía: proibição do trabalho de crianças com menos de quinze anos, proibição do trabalho forçado, jornadas de trabalho com máximo de 60 horas semanais, proibições de agressões e constrangimento. Com isso, a mídia e as Organizações Não-governamentais (ONG) investiram nas críticas sobre a manutenção de seu monopólio na representação dos trabalhadores e camponeses.

- *Proteção*: as proteções tarifárias deverão cair para 10,5% até 2005. As tarefas médias simples na China eram de 55,6% em 1982, caíram para 42,9% em 1992 e estavam em 12,7% em 2002. Os principais compromissos da China com seus parceiros da OMC foram de reduzir as tarifas nominais medias ponderadas de 11,1% no final de 2001 para 6,9% cinco anos após o ingresso na OMC e de abolir a maior parte das barreiras não tarifárias até 2006. (STORY, 2004)

Caso a China não cumprisse com seus compromissos, então a OMC teria todo o direito a impor restrições comerciais. Para evitar isso, a China teria de utilizar sua liberdade de solucionar contendas fora da OMC por meio de negociações bilaterais ou no contexto dos foros regionais. Uma grande conseqüência para a entrada da China na OMC seria que os países em desenvolvimento enfrentariam uma concorrência muito dura das exportações chinesas para os mercados desenvolvidos, a exemplo que, desde 2001, a China atraiu 70% de todos os investimentos estrangeiros direcionados para a Ásia. (STORY, 2004)

Um relatório ao Congresso norte-americano de dezembro de 2003 sobre os compromissos assumidos pela China com a OMC mostrou que, embora o país tivesse cumprido muitos dos compromissos principalmente nas áreas de redução de

tarifas, “em um bom número de diferentes setores, entre os quais vários de importância para a economia dos EUA, a China não chegou a implementar na plenitude os compromissos assumidos com a OMC, o que anulou o proveito de ganhos obtidos em outras áreas”. O relatório ainda conclui dizendo que “o histórico chinês unilateral e insuficiente de acatamento dos compromissos com a OMC já não pode ser atribuído a problemas de inexperiência”.¹⁷

Para Story (2004, pág. 288), a conclusão é simples:

(...) os países ricos ocidentais que ainda dão o tom na política comercial mundial têm uma escolha a fazer: colocar barreiras contra a China, como querem as forças antiglobalização atuantes em suas sociedades, ou recebê-las na OMC como um pilar do sistema global e concordar com uma política gradual de transição para uma plena democracia de mercado.

2.1 INVESTIMENTOS EXTERNOS

Em 2002, a Deloitte Touche Tomatsu, juntamente com a CFO Magazine, preparou um relatório chamado, “Foreign investment in China: fitness survey” (“Investimentos externos na China: um levantamento da sua atração”), apresentando fortes evidências de que as corporações multinacionais viam a China como o principal mercado em crescimento no mundo.

O mundo ocidental detinha a superioridade no que se refere a conhecimentos em tecnologia. A China por sua vez, decidiu que seria evidente a necessidade de aprender com eles, porém sem “contaminar” a cultura e a sociedade chinesas. Uma forma de adquirir essa tecnologia seria através dos investimentos estrangeiros.

O primeiro passo tomado pelo Partido Reformista foi implementar uma lei sobre *joint venture*¹⁸ que deu prioridade ao investimento em alta tecnologia, no sentido de receber recentes inovações tecnológicas. A idéia central dessa lei era que os *joint venture* fossem um meio efetivo da transferência abrangente de

¹⁷ United States Trade Representative, 2003 report to Congress on China's WTO compliance, Washington, D.C., 11 December 2003.

¹⁸ É uma associação de empresas com a finalidade para explorar determinados negócios sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica.

conhecimento e tenderiam a apaziguar sentimentos nacionalistas que viriam ocorrer quando se tratasse de operações de propriedade integral de uma entidade estrangeira.

Para incentivar a transferência de tecnologia via investimentos estrangeiros, foram concedidos preferências e incentivos aos projetos estrangeiros de alta tecnologia. À empresa que se dispusera a transferir tecnologias de ponta, o governo a recompensava dando-lhe áreas mais favoráveis para sua instalação, isenções de impostos, taxas de exportação e acesso preferencial ao grande mercado interno. (SHENKAR, 2005)

No sentido da transferência de tecnologia, vale ressaltar que essa transferência não depende somente da disposição de quem está transferindo, mas principalmente da capacidade de absorver tecnologia avançada. Um estudo de Peter Buckley e seus associados mostraram que, com exceção de investimentos de chineses expatriados, os investimentos estrangeiros na China geravam inclusive excesso de tecnologia, que as empresas receptoras, mesmo não sendo empresas estatais, mostraram-se capacitadas a utilizar. (BUCKLEY, 2002)

No caso então, o principal interesse da China era a captação de altas tecnologias. Os investidores estrangeiros por sua vez, eram atraídos pelo grande mercado doméstico, baixos salários e investimentos em infra-estrutura.

Existe uma diferença nos investimentos externos, divididos com foco para o mercado interno ou para o mercado externo. As corporações norte-americanas e européias dirigem cerca de dois terços de produção para o mercado doméstico, segundo Tseng e Zebregs (2002), assegurando uma posição dominante, com 85% da demanda doméstica por produtos industriais.

A quase “inesgotável” disponibilidade de mão-de-obra barata na China é outra fonte de atração. Isto porque os custos de mão-de-obra são um componente dos custos da operação. Isto significa um papel decisivo na determinação das decisões de localização de investimentos. No caso da China a atração é ainda maior em razão dos pacotes fiscais, das reduções nos impostos de importação, das zonas econômicas especiais, além da abundante disponibilidade de mão-de-obra de baixo custo e baixa produtividade.

Assim como todos os países de mercados emergentes, a China tem uma enorme necessidade de desenvolver sua infra-estrutura. Com a atração de investidores estrangeiros o país pode se desenvolver no sentido de melhorar sua infra-estrutura. Um exemplo seria o caso da represa das Três Gargantas na província de Hubei, iniciado em 1994 e concluído em 2009, teve a participação de corporações de onze países, as empresas mais conhecidas são: Siemens, Mitsubishi, Alstom e a C.S. Johnson, além do corpo de engenheiros do exército dos EUA.

Segundo Story (2004) com uma grande demanda de fábricas para a China, a próxima onda de investimentos pelas multinacionais estrangeiras será em pesquisa e desenvolvimento (P & D), isto porque a China tem sido receptora de tecnologia de telecomunicações. Grandes empresas como a Intel, Motorola e a Microsoft estabeleceram pequenos laboratórios de pesquisa nos anos 1990, com o tempo essas atividades se intensificaram. Só em Xangai são mais de 40 multinacionais.

Em geral, os economistas nacionalistas acreditam que a China deve incentivar o investimento doméstico e o desenvolvimento econômico nativo, porque a meta da maioria dos investidores estrangeiros é obter lucro, e não fortalecer a economia em desenvolvimento da China. Os economistas liberais por outro lado, acreditam que o investimento estrangeiro poderia configurar-se um acelerador ao desenvolvimento da economia chinesa e ao fortalecimento do país como um todo.

Em um balanço geral, segundo a embaixada da China no Brasil, entre 1990 e 2001, a China absorveu US\$ 51,08 trilhões, dos quais, 37,8 trilhões provenientes de investimento estrangeiro direto. Em 2002, o volume de fundo estrangeiro somou US\$55 bilhões com US\$52,7 de investimento externo direto, tornando-se pela primeira vez o país que absorveu o maior capital estrangeiro. Em 2003, foram aprovadas 41.081 empresas de capital estrangeiro, aumento de 20,2% em comparação com o período anterior.

As principais companhias multinacionais na China são:

1. *Volkswagen*. Durante 20 anos, a Volkswagen estabeleceu duas joint-ventures e uma fabricante de autopeças de veículos em Shanghai e Changchun, bem como mais de cem revendedores e postos de

serviços autorizados. Atualmente, a China é o segundo mercado mundial do Grupo Volkswagen, que deve investir mais de cinco bilhões de euros até 2010.

2. *Boeing*. As relações com a China começaram em 1972. A companhia oferece serviços de treinamento, manutenção e gestão. Mais de 3.300 unidades da Boeing em todo o mundo voam com as peças fabricadas na China.
3. *Nokia*. Desde a década de 50 do século passado, a Nokia estabeleceu relações comerciais com a China. Em meados dos anos 90 do século passado, através de estabelecimento das empresas de capital misto e a nacionalização dos seus produtos, a Nokia tornou a China sua principal base de fabricação em todo o mundo. Na China, a Nokia possui dois institutos globais de estudo e pesquisa com seus escritórios espalhados em todo o país e 4500 funcionários. Os principais produtos da Nokia passaram a ser produzidos na China.
4. *Software*. Ingressou no mercado chinês em 1992 e logo estabeleceram centros de pesquisa, centros de tecnologia etc. Até agora, a Software investiu duas empresas de software de capital misto na China. Transferiu a sede da fabricação de Xbox, muito vendido em todo o mundo para a China. (Embaixada da República Popular da China no Brasil 2009)

2.2 OS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

O crescimento econômico da China resultou em uma rápida expansão no comércio exterior, avançando do 32º lugar em 1978 para 15º em 1989, 10º de 1997 e 6º em 2001. Em 2001, o volume total de importação e exportação da China rompeu pela primeira vez a casa de US\$ 500 bilhões, chegando a US\$ 509 bilhões e US\$ 650 bilhões aumentando, 24,7, 4,6 e 1,57 vezes em relação a 1978, 1989 e 1997 respectivamente. Em 2002, o volume do comércio exterior chegou a US\$ 620,77 bilhões. Em 2003, o volume das importações chegou a US\$ 851,2 bilhões

com um aumento de 37,1% em comparação com o ano anterior. Com relação ao comércio exterior, a China encontra-se no 4º lugar do mundo. A China mantém relações comerciais com mais de 220 países e regiões do mundo, entre os quais, a Província de Taiwan, o Japão, EUA, União Europeia, Hong Kong, ANSA (Associação dos Países do Sudeste Asiático), Coréia do Sul, Austrália, Rússia e Canadá. (A China ABC - Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2009)

TABELA 1 – A estrutura do comércio da China (%):

<i>Exportações</i>	1985	1990	1995	1997	2000
Produtos primários	50,6	25,6	14,4	13,1	10,2
Produtos manufaturados	49,4	74,4	85,6	86,9	89,8
<i>Importações</i>					
Produtos primários	12,5	18,5	18,5	20,1	20,7
Produtos manufaturados	87,5	81,5	81,5	79,9	79,2

Fonte: China Statistical Yearbook 2000.

Ao longo de 15 anos ocorreu uma inversão nas exportações. Os produtos primários lideravam no ranking das exportações em 1985. Já em 2000 os principais produtos exportados eram manufaturados. O mesmo não ocorreu com a importação. Os principais produtos importados continuaram sendo manufaturados, ou seja, aqueles produtos elaborados manualmente ou utilizando os próprios recursos técnicos do estabelecimento, por exemplo: roupas, sapatos, entre outros.

Em um contexto mais ampliado do final do século XX ao começo do século XXI, o comércio da China com o mundo está exposto a seguir:

TABELA 2 – A Estrutura do comércio da China (em bilhões de dólares)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	194.9	249.2	266.2	325.6	438.2	593.3	762.0	969.1	1,218.6	1,428.5
% mudança	6.1	27.8	6.8	22.4	34.6	35.4	28.4	27.2	25.7	17.2
Importação	165.7	225.1	243.6	295.2	412.8	561.2	660.0	791.6	955.8	1,133.1
% mudança	18.2	35.8	8.2	21.2	39.8	36.0	17.6	20.0	20.8	18.5
Total	360.6	474.3	509.8	620.8	851.0	1,154.6	1,421.9	1,760.7	2,173.8	2,561.6
% mudança	11.3	31.5	7.5	21.8	37.1	35.7	23.2	23.8	23.5	17.8
Balanco	29.2	24.1	22.5	30.4	25.5	32.1	102.0	177.5	262.2	295.5

Fonte: US-China Business Council 2008.

De acordo com a tabela 2, ao longo de nove anos, as exportações da China aumentaram de 194,9 bilhões de dólares para 1.428,5 trilhões de dólares. Um artigo publicado em 12 de agosto de 2009, pela China Radio Internacional (CRN), comenta que:

Em novembro passado, o comércio exterior da China encerrou seu rápido crescimento de 7 anos consecutivos, devido à crise financeira. Os dados mostraram uma queda em julho nas importações e exportações da China por 9 meses consecutivos, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Entre janeiro e julho, o comércio exterior do país registrou um recuo de 22,7% em relação ao idêntico período do ano passado.

Ou seja, a crise financeira mundial fez com que a China, em seis meses, obtivesse um recuo, em todo o seu comércio exterior de 22,7%.

Dentro dos 1.428,5 trilhões de dólares, os principais produtos exportados pela China foram os equipamentos elétricos, como mostra a Tabela 3.

TABELA 3 – Os principais produtos exportados pela China em 2008 (em bilhões de dólares)

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VOLUME	MUDANÇA (%)
Maquinário elétrico & equipamentos	342.0	13.9
Equipamento de produção elétrica	268.6	17.5
Vestuário	113.0	4.0
Aço e ferro	101.8	32.9
Sistema ótico e equipamento médico	43.4	17.0
Mobília	42.8	19.0
Produtos Químicos orgânicos & inorgânicos	42.4	39.9
Veículos, com exclusão da estrada de ferro	39.3	23.5
Brinquedos & Jogos	32.7	20.6
Combustível e óleo minerais	31.6	52.0

Fonte: US-China Business Council 2008.

A tabela 3 aborda sobre os principais produtos exportados pela China no ano de 2008. Os produtos que lideram no ranking de exportação são máquinas e equipamentos elétricos, como aparelhos de celular, aparelhos de som (MP3, MP4, etc), televisão, DVD. Não é a toa que a China é o maior fabricante de aparelhos eletrônicos de consumo, além de confeccionar mais roupas, fabricar mais sapatos e montar mais brinquedos para as crianças do mundo do que qualquer outra nação.

Seja qual for o brinquedo encontrado numa loja, muito provavelmente terá no rótulo *Made in China*. Isto porque a China produz sete de cada dez brinquedos convencionais vendidos no mundo. As grandes produtoras americanas, como a Hasbro e Mattel, continuam competitivas por terem transferido a produção para regiões de baixo custo, mantendo nas respectivas sedes apenas os setores mais sofisticados de projeto, como o setor de *marketing*. (SHENKAR, 2005)

TABELA 4 – Os principais produtos importados pela China em 2008 (em bilhões de dólares)

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VOLUME	MUDANÇA (%)
Maquinário elétrico & equipamento	266.5	3.8
Combustível mineral & óleo	169.1	61.1
Equipamento de produção elétrica	138.9	11.8
Minérios	86.4	59.9
Sistema ótico e equipamento médico	77.7	11.7
Plásticos & similares	48.9	7.8
Produtos químicos orgânicos & inorgânicos	48.5	8.3
Aço e ferro	35.1	12.9
Veículos, com exclusão da estrada de ferro	26.9	21.7
Cobre & similares	26.1	-3.9

Fonte: US-China Business Council 2008.

Assim como as exportações, a China importa mais produtos elétricos e equipamentos afins. A tabela 4 expõe dados sobre os principais produtos importados pela China em 2008, sendo assim, como as exportações, a China importa mais materiais e equipamentos elétricos.

TABELA 5 – Os principais parceiros comerciais da China em 2008

POSIÇÃO	PAÍS/REGIÃO	VOLUME (US\$ bilhões)	MUDANÇA (%)
1	Estados Unidos	333.7	10.5
2	Japão	266.8	13.0
3	Hong Kong	203.7	3.3
4	Coréia do Sul	186.1	16.2
5	Taiwan	129.2	3.8
6	Alemanha	115.0	22.2
7	Austrália	59.7	36.1
8	Rússia	56.8	18.0
9	Malásia	53.5	15.2
10	Singapura	52.4	10.5

Fonte: US-China Business Council 2008.

Os principais parceiros comerciais da China estão elencados na Tabela 5, com dados de 2008 em bilhões de dólares. Os Estados Unidos estão em primeiro lugar com U\$ 333.7 bilhões, seguido do Japão com U\$ 266.8 bilhões.

Devido aos baixos custos, os produtos chineses começaram a entrar com grande facilidade no mercado internacional. No Brasil, por exemplo, no setor de eletrônicos, não é difícil de encontrar nas prateleiras ou nos grandes centros comerciais celulares, aparelhos de música, máquinas fotográficas escrito, “Made in China”. O grande diferencial dos aparelhos celulares chineses, na época de seu lançamento, foi o celular vinculado a televisão e ao uso de dois chips, juntando aos preços baixos, as vendas se tornaram intensas.

Em outros setores como o de calçados, a China é a segunda maior exportadora, perdendo somente para o Brasil. Empresas como a Nike possuem fábricas de tênis na China, isso porque os custos de fabricação são bem mais baixos do que nos Estados Unidos, garantem melhores resultados de lucro para as empresas. Porém, muitas vezes, essas empresas não se dão conta das condições de trabalho onde são fabricados seus produtos, isto seria um dos impactos negativos, que será abordado mais detalhadamente no próximo capítulo.

Com a quase “dominação” dos produtos chineses disseminados pelo mundo, nem mesmo as barreiras alfandegárias protegem os produtos nacionais. Muitas vezes as mercadorias chinesas, mesmo pagando tarifas, são mais baratas do que os produtos nacionais. Isto seria outro impacto negativo oriundo do crescimento das exportações chinesas. A concorrência exacerbada leva ao fechamento de muitas empresas nacionais, que não conseguem reproduzir os preços dos produtos chineses. A alternativa que empresas multinacionais estão visualizando seria a criação de fábricas na China, aproveitando-se da mão-de-obra barata, da quase ausência de contratos de trabalho, extensão da jornada de trabalho, garantindo emprego na China e desemprego no país de origem.

3. A EVOLUÇÃO DO PIB: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS

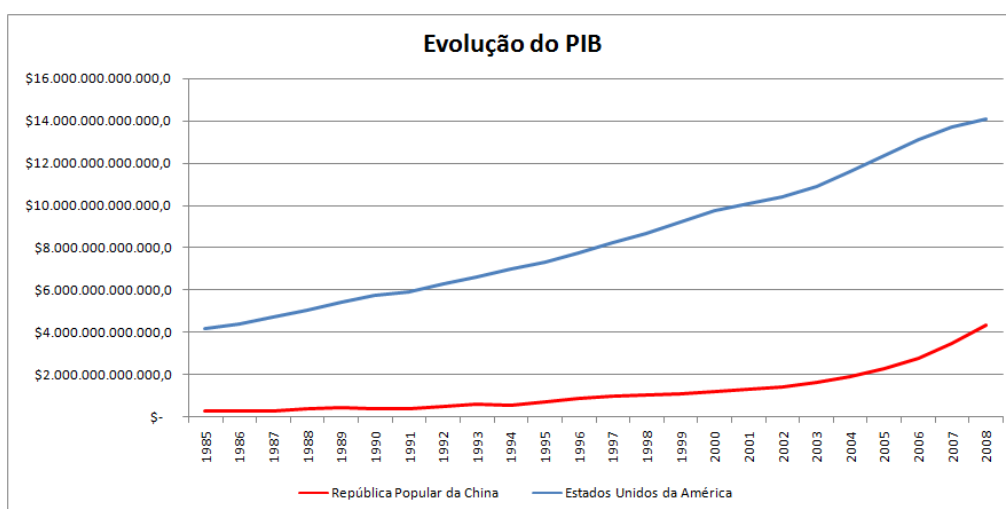
De acordo com o site Sua Pesquisa (2008), o “PIB (Produto Interno Bruto) é a soma de todos os serviços e bens produzidos num período (mês, semestre, ano) numa determinada região (país, estado, cidade, continente)” em valores monetários. Segundo o site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009),

a produção de um país é medida através de um indicador, chamado PIB - Produto Interno Bruto, que leva em conta três grupos principais: Agropecuária, formada por Agricultura, Extrativa Vegetal e Pecuária; Indústria, que engloba Extrativa Mineral, Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Construção Civil; e Serviços, que incluem Comércio, Transporte, Comunicação, Serviços da Administração Pública e outros serviços.

Neste capítulo, será analisada uma relação comparativa entre o PIB da China e dos EUA, assim como uma verificação do crescimento populacional dos mesmos, para com isso atender os objetivos propostos inicialmente no trabalho.

Atualmente os Estados Unidos ocupa o primeiro lugar no ranking dos maiores PIBs do mundo, com 14 trilhões de dólares, em segundo segue o Japão, enquanto que a China alcançou em 2008 a posição de terceiro maior PIB, com 4,3 trilhões de dólares. (Portal Exame, 2009)

GRÁFICO 1 – A evolução do PIB Chinês e Norte-Americano

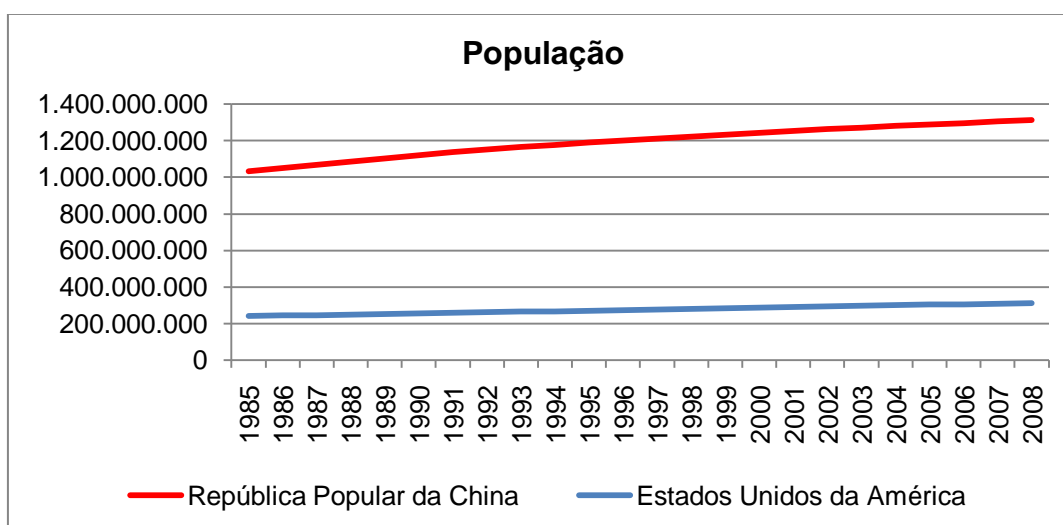


Fonte: National Accounts Main Aggregates Database, 2009.

Em 1985, a China registrava um PIB de 309 bilhões de dólares, enquanto os Estados Unidos 4,1 trilhões de dólares no mesmo ano. Em dez anos, a China obteve um crescimento de 145% totalizando 756 bilhões de dólares e os Estados Unidos 75% com 7,3 trilhões de dólares. Nos últimos 10 anos, de 1998 a 2008, a China cresceu 314% obtendo 4,3 trilhões de dólares e os EUA apresentou uma taxa de crescimento de 62% com 14 trilhões de dólares. (National Accounts Main Aggregates Database, 2009)

Baseado nesses dados pode-se verificar que, nos últimos 10 anos, a China duplicou a sua taxa de crescimento em relação aos anos de 1985 a 1995, enquanto que os Estados Unidos reduziu a sua taxa de crescimento. Então, esse comportamento deve-se tanto ao esgotamento do crescimento norte-americano e, em grande parte, ao potencial chinês, como exposto a seguir:

GRÁFICO 2 – O crescimento populacional da China e dos Estados Unidos



Fonte - National Accounts Main Aggregates Database, 2009.

A grande massa populacional chinesa se sobressai em relação à dos Estados Unidos. Em 1985, a China possuía um bilhão de pessoas enquanto os Estados Unidos não ultrapassava dos 240 milhões de habitantes. Em 2008, a China possuía 1,3 bilhões de pessoas e os EUA com apenas 311 milhões de habitantes. (National Accounts Main Aggregates Database, 2009) Os números chineses não aumentaram ainda mais devido a política de um só filho, no qual o governo chinês não permitia que as famílias chinesas não tivessem mais de um filho. (IOL, 2006)

De acordo com os dados acima, pode-se concluir que, o crescimento acelerado da China prevê, como já mencionado no capítulo 1, a ultrapassagem da posição de terceira maior economia do mundo para a primeira maior economia. Um dos fatores que contribuiu, seria uma maciça participação ativa da população. Entretanto o governo chinês não tem “condições” de manter essa grande quantidade populacional, então, por este motivo foi criada a política de um só filho. (AGUIAR, 1997)

Cada governo estabelece medidas de acordo com as suas necessidades, se essa medida contribuiu economicamente para a China, cabe à população cumprir com as normas estabelecidas. Essas medidas trazem a responsabilidade do Estado em promover políticas públicas para estabelecer as condições mínimas de subsistência, a fim de reduzir os impactos negativos sobre a população. Por não oferecer condições mínimas de subsistência a uma população de 1,3 bilhões de pessoas, o governo adotou essa política de um só filho por família. Com isso os custos das políticas públicas, como educação, saúde, transporte são reduzidos, ou desacelerados.

3.1 AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO CHINÊS

O crescimento econômico chinês se resume a uma junção de fatores, sendo chamadas na economia, como externalidades econômicas positivas e negativas, que surgem através da interação entre agentes da economia e sociedade (governo, empresas e família).

Conceitualmente falando,

(...) as falhas de mercado podem ser agrupadas em uma categoria geral denominada externalidades. Uma externalidade é o impacto das ações de uma pessoa sobre o bem-estar de outras que não participam da ação. Se o impacto for adverso, é chamada externalidade negativa, se for benéfico, é chamada externalidade positiva. Na presença das externalidades inclui também o bem-estar das demais pessoas afetadas, não somente dos compradores e vendedores. Os compradores e vendedores negligenciam os efeitos externos de suas ações ao decidir quanto demandar ou ofertar, o

equilíbrio de mercado não é eficiente na presença de externalidades, ou seja, não consegue maximizar o benefício total para a sociedade como um todo. (MANKIWI, 2001, pág. 208)

Avaliando o conceito de Mankiw, percebe-se que, contextualizando o caso chinês, o grande autor dessas ações não seria somente uma pessoa, mas sim, o governo. A partir do momento que a China abriu-se para o mercado internacional, passou a ser caracterizado parcialmente como uma economia de mercado, que segundo Gioia (2006) “é a economia em que, apesar de existirem algumas regras instituídas pelo poder público, os agentes econômicos têm ampla liberdade”, porém aplicando-se a China não seria bem uma economia de mercado, pois o governo impõe várias regras, sendo caracterizado prioritariamente como um socialismo de mercado. Essas regras impostas pelo governo resultaram nas externalidades econômicas positivas e negativas.

As causas para o crescimento acelerado constituem um conjunto de externalidades, que de acordo com este presente trabalho, teve como ponto de partida a inserção da China no mercado mundial com Deng Xiaoping na década de 80 (MARTI, 2007). Segue a seguir:

O Governo juntamente com o incentivo de Deng Xiaoping e com os satisfatórios resultados das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), implementaram uma política de abertura as empresas estrangeiras na década de 80, através de incentivos fiscais, subsídios.¹⁹ Essa entrada maciça de empresas estrangeiras, pode ganhar um posicionamento estratégico; ter acesso ao mercado interno, de bastante relevância, por se tratar de mais de um bilhão de habitantes, sendo a maior parte concentrada nos grandes centros urbanos, como: Xangai, Pequim e Hong Kong; além de possuir uma liberdade de investimento. (LAZZARI, 2003)

O potencial humano no mercado de trabalho, sendo o país mais populoso do mundo, se caracteriza pela sua abundancia e baixos custos, fatores atrativo para

¹⁹ O subsídio é uma forma de apoio monetário, concedida por uma instituição/entidade/pessoa a outra individual ou coletiva, no sentido de fomentar o desenvolvimento de uma determinada atividade desta ou o desenvolvimento da própria. Subsídios governamentais fornecidos a empresas (comércio e indústrias) possuem o intuito de abaixar o preço final dos produtos vendidos por tais companhias, para que estes produtos possam competir com os produzidos em outros países a preços menores (entre outras razões, por causa dos menores custos de mão-de-obra e de diferenças de taxas cambiais).

quem quer explorar suas indústrias a preços baixos. Outro potencial seria o potencial territorial: a China ocupa o 4º lugar no ranking dos maiores países do mundo, atrás somente da Rússia, Canadá e Estados Unidos. A questão do crescimento num mercado potencialmente grande demanda a necessidade de bens, serviços, infra-estrutura. Quanto maior o país, maiores são as necessidades de se manter os recursos à população.

Toda essa dimensão provocou uma concentração da população, formando uns dos maiores aglomerados do mundo. Cerca de 60% da população está concentrada em 40% do território, mais precisamente na região litorânea, de Pequim ao norte até Macau ao sul, passando pelos principais centros, Xangai e Hong Kong, isto devido aos incentivos realizados por Deng Xiaoping através das Zonas Econômicas Especiais. (MARTI, 2007)

O crescimento Chinês gerou algumas controvérsias, mas de fato representadas no efetivo e notório crescimento do PIB. As consequências desse crescimento apresentaram uma taxa de crescimento de 314%, mencionado anteriormente, obtendo 4,3 trilhões de dólares, durante 10 anos seguidos, de 1998 a 2008 (ver gráfico 1). (National Accounts Main Aggregates Database, 2009) Seguem algumas consequências internas para este crescimento acelerado:

Problemas com relação aos direitos autorais são muito comuns na China, isto porque existe uma ausência na fiscalização, ou até a ausência de uma legislação eficaz. A cultura da pirataria na China não se restringe apenas a eletrônicos e brinquedos, afeta também alimentos e remédios.

De acordo com um artigo publicado no *site* da Globo.com por Barboza (2009), dizia que:

Em Wudi, no leste do país, algumas empresas tentaram economizar na produção inserindo a melamina, uma resina industrial, nos ingredientes de ração para animais como uma fonte barata de proteína, resultando em um dos maiores 'recalls' de rações jamais registrado. Quando investigadores da Food and Drug Administration (FDA) dos EUA visitaram a China no início de maio, na esperança de compreender como a melamina tinha ido parar entre os ingredientes de rações, tudo que encontraram foi uma fábrica da Binzhou Futian fechada. "Todas as operações estavam encerradas, as máquinas desmontadas, não havia nada que tivesse deixado alguma pista", disse Walter Batts, um representante da FDA.

Muitas empresas que produzem produtos falsificados se aproveitam de um sistema jurídico pouco substancial, uma ausência de legislação eficaz e um excesso de suborno e corrupção. Em um contexto histórico, as falsificações na China começaram na década de 80 com o incentivo econômico de Deng. As produções variam desde bolsas de marca, brinquedos cosméticos até medicamentos. O aumento desta prática é justificado pelo mercado consumidor, pois ao deparar com produtos de grande semelhança (dos originais), a preços mais acessíveis, conseqüentemente, aumenta a procura. Muitas pessoas não estão preocupadas com a qualidade e sim com a quantidade, e principalmente se o produto for “de marca”.

A migração da zona rural em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades seria outra consequência. Encontraram nas grandes indústrias de calçados, por exemplo, a *Nike*, a oportunidade de emprego, com a possibilidade de dormir no próprio emprego, economizando assim, custos de moradia e transporte. Como mostram Keegan e Green (2000), “80 milhões de pares de calçados Nike são fabricados todos os anos em dezenas de fábricas”. Essa migração é um fato notório nos países desenvolvidos, um comportamento da economia capitalista, ou seja, a China está caminhando nos mesmos passos desses países, que “converteram” sua população para o meio de vida urbano e industrial.

Menores preços, menores valores de produção. Produtos mais baratos geram competitividade no mercado multinacional não favorável. Com os custos de produção a níveis bem mais reduzidos em comparação ao mercado internacional, obriga de certo modo, que os outros países diminuam seus preços a fim de terem a possibilidade de competir. Segundo Maia (2007), “haverá ganho de produtividade quando a empresa passa a produzir quantitativamente, mais unidades no mesmo tempo. Isso reduz os custos, o que permitirá aumento de salário sem aumento de preços.” Porém na China, reduzir custos, não significaria necessariamente que haverá um aumento de salários, mas sim um aumento nos lucros da empresa. Em outros países, de cunho capitalista, seria mais provável o aumento de salário, por isso que justifica uma competitividade quase dita como “desleal”.

Salientam-se nesse cenário, as pressões internacionais diante do notório crescimento chinês sustentado na exploração da mão-de-obra barata, que

atualmente exigem reformulações nas esferas institucionais, principalmente de cunho social e trabalhista. Essas pressões surgem diante dos demais países participantes do comércio com a China, sem meios de confronto com os custos mais baixos experimentados pelas empresas chinesas, evidenciando deslealdade no cenário internacional e competitivo, visto que o sistema chinês facilita, em parte, a desregulamentação do mercado.

A política de um filho único, do ponto de vista do setor público é considerada uma externalidade positiva. Esta prática foi iniciada em 1970 para lutar contra a expansão populacional. Em 2002 essa política foi reformada, segundo o governo chinês, para permitir que as 56 minorias étnicas chinesas pudessem ter mais do um filho e que os camponeses pudessem ter seu segundo filho caso o primeiro fosse uma mulher. Em 2006 o governo chinês anunciou que esta prática continuaria por mais cinco anos, com o mesmo objetivo de baixar a taxa de natalidade. (AFP, 2006) Se o governo reduz o crescimento populacional consequentemente reduzirá os custos de manter tamanha população.

De acordo com um artigo publicado na IPS Brasil por Kennedy (2005), diz que:

Há 25 anos a China iniciou um esforço draconiano para controlar o rápido crescimento de sua população e para isso percorreu uma violação maciça dos direitos civis. O governo comunista era incapaz de satisfazer as necessidades básicas de seu povo e considerou que o desemprego, a pobreza e a fome crescentes poderiam ser evitados se cada família tivesse apenas um filho. Por meio da repressão, Pequim conseguiu reduzir o crescimento de sua população, mas a um custo terrível.

Por mais dura que seja essa política do filho único, a China não conseguiu parar de crescer populacionalmente, mas conseguiu “desacelerar” este crescimento. O governo chinês submetido a uma “pressão” internacional tentou solucionar através desta política, uma forma de diminuir a pobreza e a fome, pois agravou ainda mais as diferenças entre as meninas e os meninos recém-nascidos. Isto porque na China, o número de meninas é superior ao número de meninos recém-nascidos. A preferência por meninos, fez com que muitas mulheres grávidas, ao saberem do sexo feminino, eram vítimas de infanticídios, de abortos provocados pelos pais, quando descobriam que o feto era uma menina ou eram abandonados nas ruas

quando recém-nascidas. Em muitos casos as famílias escondiam e não as declaravam para ao Estado, correndo perigo de sanções e prisões se forem descobertos. (D'ASIE, 2001)

A preferência por filho homem está explicada no artigo publicado por Eglise d'Asie (2001) onde diz que:

Na China, a preferência dos pais pelo filho de sexo masculino é uma tradição profundamente arraigada, desde a idade feudal. No filho homem, concentra-se a responsabilidade de manter os pais quando idosos, de possibilitar-lhes um enterro solene, de fazer as oferendas sobre os túmulos deles para as necessidades após morte, conforme a tradição confuciana. Somente o filho homem é o único herdeiro dos bens da família.

Tentar resolver problemas como pobreza, fome, através de uma política restritiva de crescimento populacional, é uma medida que não demanda muito tempo e surte um efeito rápido, porém isso pode ser refletido no sentido de interferir na cultura de preferência por filhos homens, pois aquelas famílias que tiverem uma mulher não vão dar continuidade à tradição feudal. As implicações negativas disso sobre o crescimento chinês podem ser sentidas ao inibir a escolha da sociedade e direcionar a formação de valores sociais, políticos e econômicos. Fugindo dessa forma, dos conceitos que norteiam o crescimento e desenvolvimento das sociedades capitalistas que chegam ao resultado comum de redução da natalidade pelos próprios meios sem a interferência externa (governamental) sobre suas escolhas individuais.

Assim como no mercado interno, as consequências também foram refletidas no mercado externo:

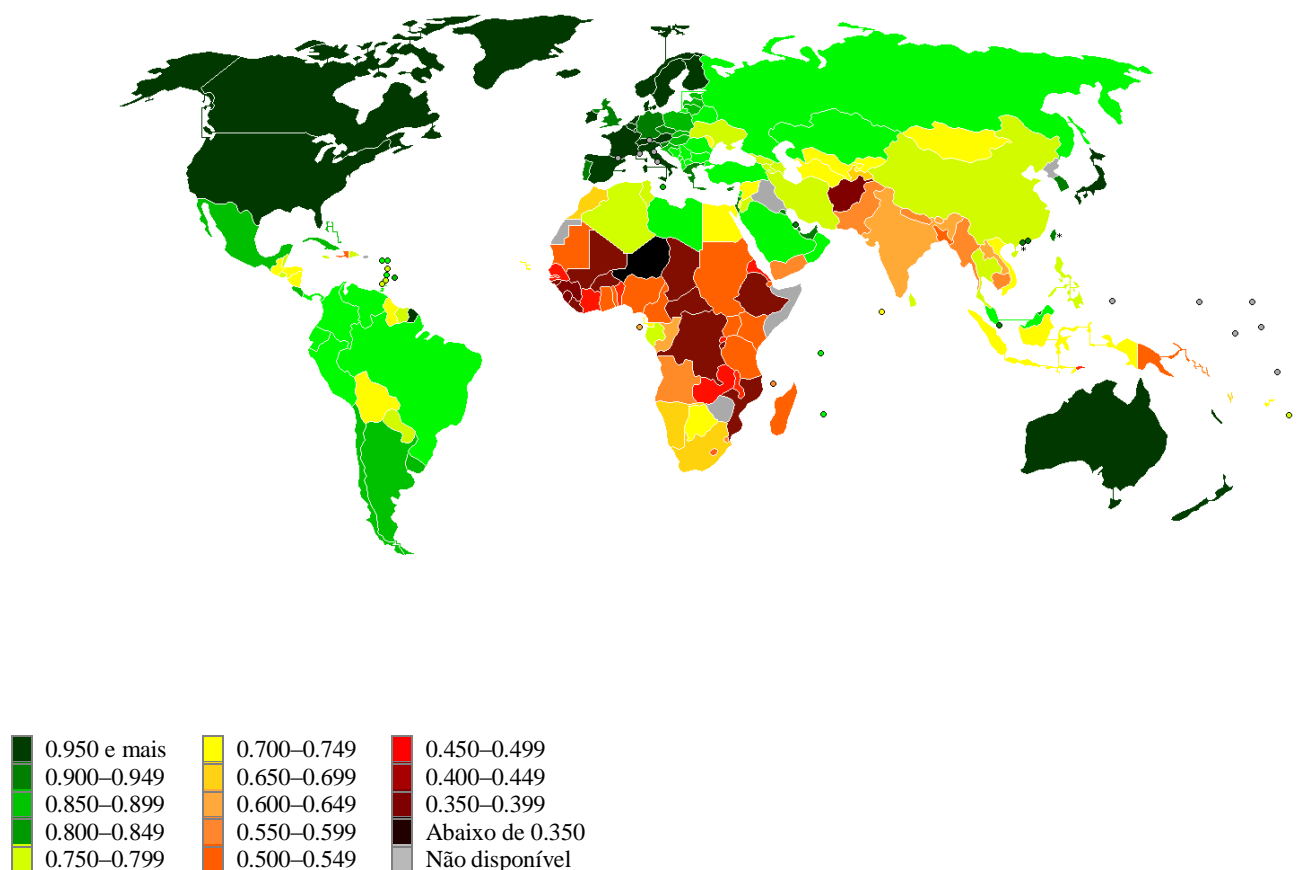
A China é um país emergente, ou seja, um país em desenvolvimento possui padrões de vida relativamente baixos, uma base industrial em desenvolvimento e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ²⁰ variando entre médio e elevado. Algumas organizações internacionais, como o Banco Mundial, usam classificações estritamente numéricas, considera todos os países com renda baixa e média como

²⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma avaliação que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança de vida ao nascer.

“em desenvolvimento”. Mais recente, em 2008, a classificação foi alterada utilizando o rendimento nacional bruto per capita. Os países com PIB per capita abaixo de US\$ 11.905 e acima de US\$ 900 foram classificados como em desenvolvimento. (WORLD BANK)

Salienta-se que potencialmente a China possui capacidade de inserção no mercado internacional comparando a situação mais próxima aos países desenvolvidos, ao contrário dos países em vermelho, na figura a seguir como: Zâmbia, Costa do Marfim e Senegal.

A **FIGURA 1** abaixo expõe o IDH no mundo:



Fonte: The United Nations Human Development Index (HDI), 2008.

No caso da China, a cor determina o índice de 0.750 – 0.799 que é considerado uma nação com IDH intermediário, na posição 92 segundo ranking PNUD (2007). Em sua maioria, como encontrada na figura, estão localizados na América Latina, no norte da África, Oriente Médio, China, Ásia Central, Irã e países que ficam entre as latitudes de clima mais frio e nas regiões equatoriais. A China na

colocação de IDH intermediário significa dizer que sua riqueza, sua educação e esperança de vida ao nascer são consideradas intermediárias. A China foi o país cujo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais cresceu desde 1980 (primeiro ano para o qual o índice foi calculado na última atualização do IDH. (PNUD, 16/01/2009)

De acordo com Dayanne Sousa (2009) a PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, juntamente com o Instituto Chinês para Reforma e Desenvolvimento elaborou um relatório em 2007/2008 para discutir sobre o crescimento Chinês. Segundo este relatório, o rápido crescimento econômico da China trouxe disparidades entre o desenvolvimento das províncias mais ricas e mais pobres e entre zonas rurais e urbanas.

O IDH da província de Xangai, por exemplo, é o mais alto do país (0,917), e está acima de países com altos índices de desenvolvimento humano, como Portugal (0,915). Considerando separadamente cada um dos indicadores que compõem o cálculo do IDH, as disparidades são ainda mais visíveis. O relatório também indica que a renda líquida média dos moradores do campo é inferior à dos que vivem nos centros urbanos. Em Xangai, por exemplo, a renda *per capita* urbana disponível é de 20.667,91 iuans (R\$ 6.989,62), e a renda *per capita* rural líquida é de 9.138,65 iuans (R\$3.090,57), menos da metade. (D'ELIA, 2009) Em todas as províncias, a mesma relação se mantém, comprovando-se a hipótese de migração para os centros urbanos.

A moeda corrente na China, o *yuan* possui características estáveis, favorece assim às exportações. Em comparação ao dólar americano, a moeda chinesa é bem mais “desvalorizada”. De acordo com Medeiros (2006), “desde 1994 o governo chinês mantém fixa a taxa nominal de câmbio do Yuan com dólar (8.3 *yuan* = \$1) e ainda completa, “A busca de uma taxa de câmbio nominal estável e favorável às exportações constitui um traço essencial das trajetórias bem sucedidas das industrializações do leste asiático a que a China procurou reproduzir”. Essa busca da sustentação de uma taxa de câmbio nominal estável se deu com a política de formação de reservas do banco central chinês. A partir de 1997, a sustentação da taxa nominal do *yuan* foi de fato um fator importante para a superação da crise asiática ao evitar uma corrida cambial e por afirmar a estabilidade de uma moeda

chave para o comércio regional. (FONDAD, 2003) Pode-se verificar que, com uma moeda estável, tanto regionalmente, quanto internacionalmente, a China favoreceu o crescimento econômico através do aumento das exportações e investimentos diretos.

Efeito bolha possível e potencial, decorrente do crescimento acelerado e não sustentável. É importante destacar que quanto maior a abertura financeira, por exemplo, mais sensível estará a economia do país. Quanto mais a China cresce economicamente, mais sensível ficará, formando o chamado efeito bolha.

Outra consequência da externalidade negativa, relacionada à degradação ambiental, seria a quantidade emitida de poluentes no ar. De acordo com um artigo publicado no Portal Exame (dez 2009), a China é considerada o segundo país mais poluente do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos. Tal externalidade não poderia continuar desta forma. Com tais dados, o governo chinês anunciou recentemente uma meta de redução de 40% de CO₂ até 2020, completa ainda que, as metas serão alcançadas por intermédio da elevação dos investimentos em eficiência energética. (Site Café e Revista, 2009). Importante ressaltar que a China participou de reunião em Copenhague recentemente, que discutiu sobre as mudanças climáticas, ou seja, o país está interessado em mudar essa posição de segundo país mais poluente do mundo.

3.2 A CHINA NA MODERNIDADE

Ao comentar sobre os trabalhadores chineses, primeiramente, é de fundamental importância explicar esse fator trabalho:

O fator trabalho é constituído de uma parcela da população total: a economicamente mobilizável. Definida por duas faixas etárias, a pré-produtiva e a pós-produtiva, a parcela não economicamente mobilizável não se inclui, assim, no conceito e na caracterização convencional de recursos humanos. Estes são delimitados pela faixa etária apta para o exercício da atividade de produção. (ROSSETTI, 2003, pág. 102)

Completando a citação de Rosetti, a população economicamente ativa é constituída por empregadores, empregados e autônomos, e a população economicamente inativa é uma parcela da população apta para o exercício de atividades produtivas, mas que se encontra inativa ou que se dedica a ocupações que não se consideram para a avaliação do produto agregado, são aquelas pessoas que estão desempregadas. Na China, a parcela da população economicamente ativa foi em 2005, de 758,25 milhões²¹, ou seja, mais da metade da população total. Portanto, o fator trabalho é considerado abundante, no sentido ativo, efetivamente empregado, mesmo que em condições precárias.

Segundo Nascimento (2006),

Na atualidade, boa parte da população ativa carece de qualificação técnica satisfatória para uma rápida absorção pelo mercado de trabalho. Essa é uma das causas dos baixos salários pagos no país e que, de alguma forma, influencia na formação dos preços dos produtos chineses.

As causas para os salários baixos podem ser verificadas, primeiro, pela oferta de mão-de-obra quase que infinita, com pouco grau de qualificação, portanto o aumento da demanda não provocou, nos segmentos de baixa qualificação, elevações substanciais nos salários; segundo, a cultura dos trabalhadores chineses, juntamente com a proibição do sindicalismo, dificulta a possibilidade de exercer pressões por melhores salários; terceiro mecanismos de regulação das relações de trabalho e direitos trabalhistas são praticamente ausentes na sociedade chinesa. (LEVY, NONNENBERG e NEGRI, 2006)

Outra característica exposta na nota técnica de Levy, Nonnenberg e Negri (2006), permitem compreender melhor a possibilidade de manter salários tão baixos quanto em os outros países, é que boa parte dos trabalhadores chineses não-qualificados das grandes cidades é constituída de imigrantes temporários provenientes das zonas rurais. Muitos deles não possuem acesso a nenhum tipo de serviço público, como saúde e educação, na maioria dos casos aceitam dormir no emprego, sem pagar nada por isso. Permitindo-lhes não ter gastos com moradia e

²¹ Fonte: Brazil Trade Net. Disponível em:
<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXChina.pdf>

transporte, que constitui boa parte das despesas dos trabalhadores de baixa renda. Condições estas bem diferentes de muitos países desenvolvidos.

Além dos baixos salários pagos, os chineses têm que conviver com as condições precárias de trabalho. Os mecanismos de regulação das relações de trabalho e direitos trabalhistas são praticamente ausentes na sociedade chinesa, como mencionado anteriormente. O mercado de trabalho possui essas características: inexistência de férias (afora três semanas anuais de feriados), semana de trabalho de sete dias e ausência de aviso prévio, por exemplo, constituem práticas comuns. (LEVY, NONNENBERG e NEGRI, 2006)

Como observou a Business Week, um trabalhador chinês do setor de vestuário recebe, em média, US\$ 73 por mês, em comparação com os salários de US\$ 300 em Honduras. Os salários na Indonésia são de US\$ 75 por mês e na República Dominicana US\$ 102. (SHENKAR, 2005) Pode-se perceber que os baixos salários não são características únicas da China, claro que existem diferenças, mas na Indonésia, por exemplo, é bastante semelhante.

As condições dos trabalhadores chineses foram refletidas no cenário internacional, no sentido dos países repudiarem tal situação, juntamente com as manifestações sociais locais, o governo chinês decidiu aprovar uma nova legislação. A criação de um sindicato único para os funcionários de empresas estrangeiras e nacionais, o chamado All China Federation of Trade Unions (ACFTU), foi um dos passos dessa nova legislação. (CEBC, 2007) O cenário internacional não aceitou tamanho crescimento chinês com base em péssimas condições de trabalho. Tamanho repúdio foi declarado por vários países que se utilizaram da mídia para expor essa situação. A China dependendo desses países teve que tomar alguma atitude, como por exemplo, a criação de um sindicato.

Porém nem todos os países pensam dessa mesma forma, como mostra em uma declaração do vice-presidente da *Nike* para a Ásia: “Não sabemos nada de fabricação; somos comerciantes e designers”, comentando sobre os problemas nas fábricas. A maior crítica a *Nike* é por lucrarem às custas de trabalhadores mal pagos. Os baixos salários só garantem a subsistência em barracos sem eletricidade nem água encanada e ainda levam à desnutrição. (KEEGAN, 2000) Assim como a Nike,

várias empresas não estão preocupadas em quais situações se encontram suas fábricas, o interesse maior é saber se a empresa vai dar lucros maiores do que nos seus países de origem.

O novo código do trabalhador entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, a pretensão do governo ao reformar as leis trabalhistas, era melhorar as condições de trabalho e aumentar salários e benefícios. Seria mais uma consequência do processo de modernização. Os reflexos dessa reforma impactariam significativamente, isto porque, com maiores salários resultaria no aumento do mercado consumidor interno, uma pressão sobre o preço final das mercadorias, um desestímulo às exportações e, conseqüentemente, uma suavização de tensões com parceiros comerciais. (CEBC, 2007)

Segundo Wentzel (2007), “a nova lei deve encarecer o custo de produzir na China, pois prevê o pagamento obrigatório de compensações ao fim de cada contrato temporário”. Os resultados obtidos com essa reforma seriam mais benéficos para a China do que para os países estrangeiros, pois geraria um maior consumo da população interna e as empresas estrangeiras não teriam os mesmos custos de produção quanto antes da reforma.

As mudanças nas leis trabalhistas foram ainda mais benéficas aos trabalhadores. Segundo Cordeiro (2009), as modificações foram:

1. Os contratos escritos por tempo determinado passam a ter a obrigatoriedade de formalização;
2. O trabalhador poderá pleitear em dobro o seu salário a partir do segundo mês, caso não seja observado a obrigatoriedade em epígrafe no primeiro mês de trabalho;
3. Fica permitido o trabalhador entrar com uma ação, antes só poderia ser feita por intermédio dos sindicatos;
4. O trabalhador não pode ser demitido antes do término do contrato de trabalho, apenas por justa causa (incompetência comprovada, violação grave das regras internas, negligência e fraude);
5. Caso a empresa renove por duas vezes o contrato de trabalho, este passa a ser por tempo indeterminado e o trabalhador adquire estabilidade;

6. Inclusão do pagamento de indenizações, aviso prévio de um mês e um salário para cada ano de contrato completado (até 12 salários), caso o trabalhador seja demitido;
7. Abertura de contratos de estágio por tempo máximo de seis meses;
8. O trabalhador só pode ser sujeito a um único período probatório de um único empregador, sendo que, neste período probatório, o salário não poderá ser inferior a 80% do contrato salarial;
9. As reclamações trabalhistas devem passar por uma espécie de “comissão de conciliação prévia”, denominada de “Labour Dispute Arbitration Commite” (LDAC), para somente depois, se dirigirem à Corte Distrital. (CORDEIRO, 2009)

Todas essas mudanças provocaram queixas por parte das empresas, isto devido ao aumento dos custos da mão-de-obra. As empresas que tem como objetivo o aumento exorbitante dos lucros, procuram países com ausência ou ineficácia dos direitos trabalhistas, como é o caso da Índia e do Vietnã. O grande problema nessas novas leis seria a baixa garantia de que realmente tudo isso vai ser posto em prática e fiscalizado.

O que pode levar a entender é que, de fato há um interesse das empresas em não haver uma fiscalização, muito menos a implementação de fato de um ambiente regulatório eficaz. Outro fator é que a China não quer se submeter a pressões internacionais sobre problemas internos.

Em meio a essas novas leis trabalhistas, a China passava, assim como o restante do mundo, por um período de crise, que surgiu nos Estados unidos, a partir do acúmulo de hipotecas da população, ou seja, as pessoas não tinham dinheiro para pagar as dívidas e resolviam entregar a residência a uma agência bancária.²²

Os reflexos foram sentidos no mundo todo. Na China diversas fábricas fecharam e deixaram muitos trabalhadores sem receber salários. Como mostra Bridi e Morrone (2008), uma fábrica foi fechada em Donguan, província de Cantão, a cidade onde está a maior concentração de brasileiros na China. A fábrica de

²² Fonte: Globo.com. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/11/05/fannie-mae-tem-perda-de-us-19-8-bi-pede-mais-dinheiro-ao-governo-914626694.asp>

brinquedos, listada na Bolsa de Hong Kong, fechou os portões e deixou uma nota: “Os negócios vão mal, não vamos pagar os salários”. Ao todo, 6,5 mil trabalhadores ficaram sem receber.

O então presidente da China e secretário-geral do Partido Comunista, Hu Jintao assumiu a presidência em 15 de março de 2003. Em outubro de 2009 a China comemorou o 60º aniversário da República Popular da China.

Em discurso o presidente Hu Jintao,

Enfatizou que os chineses estão confiantes em sua capacidade de construir bem o país e em suas próprias contribuições ao mundo. Completa ainda que o povo chinês lutou contra diversas dificuldades nos últimos 60 anos e conseguiu êxitos notáveis. A China deve continuar persistindo no socialismo com característica chinesa, na reforma e abertura, na promoção de uma sociedade harmoniosa, na política de "Um país, Dois sistemas", e na promoção da paz entre os dois lados do Estreito de Taiwan. (CRI Online, 2009)

Com relação à política externa, Hu Jintao vai continuar adotando uma política baseada na independência autônoma e paz, dedicando-se a construir um mundo de paz duradoura e prosperidade comum. (CRI Online, 2009) A intenção do presidente assemelha-se com um dos objetivos da Carta das Nações Unidas, onde afirma que:

Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz. (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2004)

Porém a intenção que parece estar sendo exposta pelo presidente não é condizente com a realidade atual, no sentido de que a violação dos direitos civis demonstrada nas políticas sociais e de trabalho, parece estarem em desacordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. Com relação ao crescimento econômico, a presidência de Hu Jintao leva a crer que está dando continuidade ao que Deng Xiaoping iniciou, principalmente quando afirma em seu discurso: “a China deve continuar persistindo no socialismo com característica chinesa, na reforma e abertura”, ou seja, o presidente afirma que vai dar continuidade com suas características, mantendo o crescimento acelerado através de condições precárias de trabalho, exploração de mão-de-obra barata, ineficiência na fiscalização,

produção de produtos falsificados. Porém para continuar nesse crescimento, com a trajetória crescente do PIB, a tendência é que exista uma maior inserção e participação no cenário internacional, conseqüentemente, a China deverá adequar-se as regulações internacionais, promovendo assim, a postura de um país desenvolvido.

CONCLUSÃO

O ponto de partida do crescimento econômico da China, para a sua abertura ao mercado internacional, se deu a partir das denominadas quatro modernizações, que foram as reformas para revitalizar os setores da indústria, da agricultura, da ciência e da tecnologia e das forças armadas. Essas medidas foram aplicadas nos territórios geoeconômicos capitalistas estruturados em províncias, as chamadas Zonas Econômicas Especiais. Os resultados obtidos foram sentidos rapidamente, estendendo-se a outras províncias. A entrada maciça de empresas estrangeiras foi uma das externalidades positivas alcançadas.

O ingresso da China na OMC ajudou a corroborar sua reputação de parceiro comercial confiável, através da introdução de normas e regras pré-estabelecidas pelos países desenvolvidos do ocidente. Ao longo de 15 anos de negociações, o país passou por um período de negociação, até ser efetivamente um membro. O período seguinte, o da transição, foi marcado por diversos compromissos nas áreas de serviços, meio ambiente, política de concorrência, direitos de propriedade intelectual, direito dos trabalhadores e direitos humanos e proteção. Porém os compromissos assumidos não foram totalmente cumpridos, visto que foram feitos acordos de proibição de trabalho de crianças, por exemplo, no entanto, totalmente desprovidos de uma fiscalização mais rigorosa por parte do governo. Na medida em que os países desenvolvidos eram mais atuantes na política do comércio internacional, a China ainda precisava estar em sintonia com uma política gradual de transição para uma plena democracia de mercado.

Analisando a trajetória crescente do PIB da China em comparação ao PIB dos Estados Unidos, a maior economia na atualidade, baseada nas informações já mencionadas anteriormente, em 10 anos, entre 1985 e 1995, observou-se que a taxa de crescimento da China duplicou com relação ao PIB norte-americano no mesmo período. Esse comportamento deve-se tanto à redução do crescimento norte-americano e, em grande parte, ao potencial chinês. Pode-se concluir que, se a China continuar nesse mesmo ritmo, em 2050, será a maior economia mundial, ultrapassando o Japão e os Estados Unidos.

O crescimento econômico da China se realizou as expensas de um conjunto de externalidades positivas e negativas, foram favorecidas pela entrada maciça de empresas estrangeiras, pela implantação das Zonas Econômicas Especiais, pelo potencial humano disponível no mercado de trabalho, pelo potencial do território e pela taxa de crescimento do PIB da ordem de 314% de 1998 a 2008.

As conseqüências foram sentidas substancialmente tanto internamente, quanto externamente. Os resultados negativos residem: nos problemas com direitos autorais, estão atrelados à questão da pirataria; dos menores preços e dos menores valores de produção; da exploração da mão-de-obra de baixa qualificação; do efeito bolha possível e potencial; da degradação ambiental; das condições precárias de trabalho, atreladas a uma pressão internacional devido a essas condições; da ausência de uma fiscalização associada a um ambiente regulatório ineficaz. Também foram verificados resultados positivos, tais como: a política do filho único que beneficiava ao governo; do IDH próximo daquele apresentado pelos países desenvolvidos; da moeda com características estáveis, do saldo positivo da balança de exportações e da reforma na lei dos trabalhadores chineses, com um ponto fundamental: a criação de um sindicato único.

Pesquisadores norte-americanos prevêm que a China será em 2050 a maior potência econômica mundial, ultrapassando o Japão e a atual potência, os Estados Unidos. Porém a base desse crescimento descansa nas externalidades negativas, que não revelam uma sintonia com a regulamentação dos mercados internacionais. Para a China se tornar a maior economia do mundo ela deve manter uma postura de país desenvolvido, deve reduzir os níveis de violação dos direitos civis e ampliar os benefícios para essa grande massa de trabalhadores, hoje desamparados de uma legislação trabalhista que lhes assegure uma digna reprodução de sua força de trabalho.

O rápido crescimento econômico chinês foi comprovado devido às causas das externalidades positivas e negativas, confirmando assim, a hipótese anteriormente exposta. Os objetivos de estudo deste presente trabalho foi alcançado e compreendido. Mesmo utilizando-se de precárias condições de trabalho, a China já está redefinindo o cenário internacional como uma futura potência mundial.

REFERÊNCIAS

ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Ed. Universidade de Brasília, 1996.

AFP, Lusa. **China mantém política do filho único nos próximos cinco anos**, 2006. Disponível em: <http://www.publico.clix.pt/Sociedade/china-mantem-politica-do-filho-unico-nos-proximos-cinco-anos_1244358>. Acessado em: 08 dez 2009.

AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafia as ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/media/2007/08/390676.pdf#page=63>> Acessado em: 09 dez 2009.

BARBOZA, David. **Entenda a cultura da pirataria na China**. Globo.com, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL48181-9356,00.html>. Acessado em: 15 nov 2009.

BETTELHEIM, Charles. **A China depois de Mao**. Paris: Librairie François Maspero, 1978.

Brazil Trade Net. **Como exportar – República Popular da China**. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Departamento de Promoção Comercial, CEX: 134, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXChina.pdf>>. Acessado em: 10 dez 2009.

BRIDI, Sônia e MORRONE, Giuliana. **Fábrica chinesa fecha portas por causa da crise mundial**, 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL802474-16020,00-FABRICA+CHINESA+FECHA+PORTAS+POR+CAUSA+DA+CRISE+MUNDIAL.htm>>. Acessado em: 11 dez 2009.

BUCKLEY, P. J.; CLEGG, J. e WANG, C. **The Impact of Inward FDI on the Performance oh Chinese Manufacturing Firms**, Journal of International Business Studies, vol. 33 no.4, 2002.

Café e Revista. **China anuncia redução de emissão de CO2 em 40% até 2020**, 2009. Disponível em: <http://www.cafeerevista.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1027:china-anuncia-reducao-de-emissao-de-co2-em-40-ate-2020&catid=47:mundo&Itemid=98>. Acessado em: 08 dez 2009.

CARVALHO, Cecília & CATERMOL, Fabrício. **As relações econômicas entre China e EUA: resgate histórico e implicações**, Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 16, N. 31, P. 215-252, Jun. 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3108.pdf> Acessado em: 05 jan 2010.

CARVALHO, Genésio de. **Introdução às finanças internacionais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CEBC. **Mercado de trabalho chinês**, 2007. Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=15540>. Acessado em: 10 dez 2009.

China Radio Internacional (CRI Online). **Vice-ministro do Comércio da China avalia comércio com o exterior do país**, 2009. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/561/2009/08/12/1s111299.htm>> Acessado em: 06 dez 2009.

CRI Online. **Presidente chinês Hu Jintao faz discurso ao 60º aniversário da Nova China**, 2009. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/561/2009/10/01/1s113432.htm>> Acessado em: 11 dez 2009.

CORDEIRO, Luis Fernando. **China cria normas trabalhistas rígidas**, 2009. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-fev-24/china-ignora-flexibilizacao-cria-normas-trabalhistas-rigiditas>>. Acessado em: 11 dez 2009.

D'ASIE, Eglise. **CHINA: a tragédia do filho único**, 2001. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/demografiaunico.htm>>. Acessado em: 06 dez 2009.

D'ELIA, Renata. **Desigual, China tem IDH de Europa e África**. PNUD, Nova York, 10 fev 2009. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3147&lay=pde> Acessado em: 09 dez 2009.

DECKER, Aurélio. **O dragão avança**. Novo Hamburgo: Colorgraf, 2006.

Embaixada da República Popular da China no Brasil. **China ABC**, 2009. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/zggk/>> Acessado em: 27 nov 2009.

European Commission. **A long term policy for China Europe relations**, 1995. Disponível em: <<http://www.ecd.org.cn/news/n3.03.htm>>. Acessado em: 29 nov 2009.

FERREIRA, Wallace. **Política externa do governo Lula: coalizões ao sul como alternativa multilateral**, REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 100-125, jan.-jun. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/8351/5452>> Acessado em: 05 jan 2010.

FISHMAN, Ted C. **China S.A.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FONDAD. **China's role in Asia and the world economy- fostering stability and growth**, 2003. Disponível em: <<http://www.fondad.org/uploaded/Chinas%20Role%20in%20Asia/Fondad-China-Part4.pdf>> Acessado em: 09 dez 2009.

GIOIA, Ricardo Marcelo. **Marketing: perspectivas e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Globo.com. **Fannie Mae tem perda de U\$ 19,8 bi e pede mais dinheiro ao governo**, 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/11/05/fannie-mae-tem-perda-de-us-19-8-bi-pede-mais-dinheiro-ao-governo-914626694.asp>> Acessado em: 11 dez 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2009. **O que é o PIB?** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/duvidas/pib.html>> Acessado em: 07 dez 2009.

IOL. **China mantém política de um só filho**, 2006. Disponível em: <http://diario.iol.pt/noticia.html?id=632891&div_id=4071>. Acessado em: 07 dez 2009.

JIANHUI, Zeng. **The birth of na important decision – A new step in opening the country to the World**. Liaowang nº24, 11 jun 1984; Xinhua, 11 jun 1984, Sistema de Difusão Externa de Informações-China, sigla, FBIS-CHI-84-118, 18 jun 1994.

KEEGAN, Warren J. e GREEN, Mark C. **Princípios de Marketing Global**. São Paulo: Saraiva, 2000.

KENNEDY, Kerry. **China: Uma política desumana para reduzir a superpopulação**. IPB Brasil, 2005. Disponível em: <<http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=1052>>. Acessado em: 06 dez 2009.

LARDY, Nicolas R. **Chinese foreign trade**, China Quarterly nº 131, set 1992.

LAZZARI, Martinho Roberto. **Investimento Direto Estrangeiro e Inserção Externa: Uma Comparação Entre China e Brasil nos Anos 90**. Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1037/1351>> Acessado em: 09 dez 2009.

LEONARD, Mark. **O que a China pensa?** São Paulo: Larousse, 2008.

LEVY, Paulo Mansur; NONNENBERG, Marcelo Braga; e NEGRI, Fernanda De. **O Crescimento Econômico e a Competitividade Chinesa**. IPEA, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc_73k.pdf>. Acessado em: 29 nov 2009.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2007.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia**. Tradução da 2ª ed. Original Maria José Cyhlar Monteiro, Campus: Rio de Janeiro, 2001.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping**. Tradução de Antonio Sepulveda, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática**. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 3 (103), pp. 381-400 julho-setembro/2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n3/a04v26n3.pdf>>. Acessado em: 09 dez 2009.

MELLO, Patrícia Campos. **O mundo tem medo da China? Nós também. O maior enigma da economia mundial**. Editora Terceiro Nome, 2005.

MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

MUFSON, Steven. **A Tiananmen Symbol**, Washington Post, 3 jun 1995.

_____. **China's Global Grain of Difference**, Washington Post, 9 fev 1996.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Carta das Nações Unidas**, 2004. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php>> Acessado em: 13 dez 2009.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Entendendo a China**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=350>>. Acessado em: 11 dez 2009.

NIXON, Richard. **In The Arena**, Simon and Schuster. New York, 1990.

NONNENBERG, Marcelo Braga; LEVY, Paulo Mansur; NEGRI, Fernanda de; COSTA, Katarina Pereira da. **O crescimento econômico e a competitividade chinesa**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, abril de 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1333.pdf> Acessado em: 10 dez 2009.

OKSENBERG, Michael. **China's Thirteenth Party Congress**, Problems in Communism vol. 36, nº 6, Nov-dez 1987.

Organización Mundial Del Comercio. Disponível em: <<http://www.wto.org/indexsp.htm>>. Acessado em: 29 nov 2009.

PNUD – **Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento**, 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acessado em: 26 de nov de 2009.

_____. **Ranking do IDH**, 2007. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3324&lay=pde>. Acessado em: 09 dez 2009.

Portal Exame. **China supera Alemanha e vira terceira maior economia do mundo**, 2009. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/internacional/china-supera-alemanha-vira-terceira-maior-economia-mundo-414535.html>>. Acessado em: 07 dez 2009.

_____. **Brasil é o mais preocupado com aquecimento**, 2009. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/noticias/brasil-mais-preocupado-aquecimento-517687.html>>. Acessado em: 08 dez 2009.

SOUSA, Dayanne. **IDH da China é o que mais cresce no mundo**. PNUD, Brasília, 16 jan 2009. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3127&lay=pde>. Acessado em: 09 dez 2009.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SHULTZ, George P. **Turmoil and Triumph**. Charles Scribner's Sons, New York, 1993; e Ronald Reagan, Na American Life, Simon and Schuster, New York, 1990.

SHENKAR, Oded. **O século da China: a ascensão chinesa e o seu impacto sobre a economia mundial, o equilíbrio e o (des)emprego de todos nós**. Tradução Janaína Ruffoni, Porto Alegre: Bookman, 2005.

STORY, Jonathan. **China: A Corrida para o Mercado**. São Paulo: Futura, 2004.

Sua Pesquisa 2008. **PIB – Produto Interno Bruto**. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/o_que_e/pib.htm>. Acessado em: 07 dez 2009.

The United Nations Human Development Index (HDI), **ranking para 2009**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_indicator_tables.pdf>. Acessado em: 05 nov 2009.

The World Bank, 2009. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/DATASTATISTICS/0,,contentMDK:20420458~menuPK:64133156~page>>

PK:64133150~piPK:64133175~theSitePK:239419,00.html>. Acessado em: 15 nov 2009.

THORNTON, Richard C. **Deng's 'middle kingdom' strategy**, in George Hicks, ed., *The Broken Mirror, China After Tiananmen*, St. James Press, Chicago, 1990.

TSENG, Wanda e ZEBREGS, Harm. **Foreign direct investment in China: some lessons for other countries**, 2002. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/pdp/2002/pdp03.pdf>>. Acessado em: 29 nov 2009.

TUCKER, Nancy Bernkopf. **The Taiwan Factor in the vote on PNTR for China and T's WTO accession**, NBR, 11(2), 2000.

United Nations Statistics Division. **Demographic and Social Statistics**. Statistical Products and Databases. Social Indicators, 2009. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm>>. Acessado em: 10 jun 2009.

_____. **National Accounts Main Aggregates Database**, Basic Data Selection, New York, 2008. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/snaama/selectionbasicFast.asp>>. Acessado em: 28 mar 2009.

United Nations. **National Accounts Main Aggregates Database**, 2009. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/snaama/selbasicFast.asp>> Acessado em: 15 nov 2009.

United States Trade Representative, 2003 report to **Congress on China's WTO compliance**, Washington, D.C., 11 December 2003.

US-China Business Council, 2009. Disponível em: <<http://www.uschina.org/statistics/tradetable.html>>. Acessado em: 05 nov 2009.

Veja. Edição 2075 – ano 41 – nº 34. 27 de agosto de 2008.

XIAOPING, Deng. **Fundamental Issues in Present-Day**. China, Pequim, Foreign Language Press, 1987.

_____. **Deng Xiaoping Wenxuan**. Obras seletas de Deng Xiaoping, 1975-1982, vol. 2, Foreign Language Press, Pequim, 1984.

YOUNGTU, Long. **On the question of Economic Globalization, The Chinese Economy**, 33(1), 2000.

WALDER, Andrew G. e GONG, Xianxia. **Workers in the Tiananmen Protests, The Politics of the Pequim Workers' Autonomous Federation**. Australian Journal of Chinese Affairs nº 29, jan 1993.

WENTZEL, Marina. **Nova lei trabalhista pode encarecer mão-de-obra na China**, 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/06/070628_chinaproducao.shtml> Acessado em: 21 maio 2009.

White House, Office of the Press Secretary [of the USA]. **Remarks by the President in address on China and the National Interest**. Voice of America, Washington, 24 de outubro de 1997.

World Bank. **China 2020: China's Environment in the New Century**, Washington, World Bank, 1997.

ZHANG, Liang, compil. Andrew Nathan e Perry Link, Eds., **The Tiananmen Papers**. Public Affairs, New York, 2001.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BRICs** – Brasil, Rússia, Índia e China
- CNP** – Congresso Nacional Popular
- ELP** – Exército de Libertação do Povo
- EMNs** – Empresas Multinacionais
- EUA** – Estados Unidos da América
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GATT** – General Agreement on Tariffs and Trade
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- NMF** – Nação Mais Favorecida
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- OIC** – Organização Internacional do Comércio
- PCC** – Partido Comunista Chinês
- PIB** – Produto Interno Bruto
- RPC** – República Popular da China
- PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- WTO** – World Trade Organization
- ZEE** – Zonas Econômicas Especiais